

PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

Documento de sessão

FINAL
A6-0020/2007

30.1.2007

RELATÓRIO

sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros
(2006/2200(INI))

Comissão Temporária Sobre a Alegada Utilização pela CIA de Países Europeus para o Transporte e a Detenção Ilegal de Prisioneiros

Relator: Giovanni Claudio Fava

ÍNDICE

	Página
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU.....	3
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	36
Annex 1:.....	38
Annex 2:.....	51
Annex 3:.....	65
Annex 4:.....	71
PROCESSO.....	78

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros (2006/2200(INI))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta a sua Resolução, de 15 de Dezembro de 2005, sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros¹,
- Tendo em conta a sua Decisão, de 18 de Janeiro de 2006, referente à criação de uma Comissão Temporária sobre a presumível utilização pela CIA de países europeus para o transporte e detenção ilegais de prisioneiros²,
- Tendo em conta a sua Resolução, de 6 de Julho de 2006, sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros, na pendência da finalização dos trabalhos da Comissão Temporária³,
- Tendo em conta as delegações que a sua Comissão Temporária enviou à antiga República Jugoslava da Macedónia, aos Estados Unidos, à Alemanha, ao Reino Unido, à Roménia, à Polónia e a Portugal,
- Tendo em conta as mais de cento e trinta audições a que a Comissão Temporária procedeu no contexto das suas reuniões, delegações e entrevistas confidenciais,
- Tendo em conta todos os contributos escritos recebidos pela sua Comissão Temporária ou aos quais teve acesso e, muito particularmente, os documentos confidenciais que lhe foram transmitidos (nomeadamente pela Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea (Eurocontrol) e pelo Governo alemão ou que obteve de diversas fontes,
- Tendo em conta a sua resolução, de 30 de Novembro de 2006, sobre os progressos realizados pela UE na criação de um espaço de liberdade, de segurança e de justiça (ELSJ) (artigos 2.º e 39.º do Tratado UE)⁴, nomeadamente o seu nº 3,
- Tendo em conta a sua resolução, de 13 de Junho de 2006, sobre a situação dos prisioneiros em Guantánamo⁵,
- Tendo em conta o artigo 175º do seu Regimento,
- Tendo em conta o relatório da sua Comissão Temporária sobre a alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros (A6-0020/2007),

¹ Textos aprovados, P6_TA(2005)0529.

² Textos aprovados, P6_TA(2006)0012.

³ Textos aprovados, P6_TA(2006)0316.

⁴ Textos aprovados, P6_TA-PROV(2006)0525.

⁵ Textos aprovados, P6_TA(2006)0254.

- A. Considerando que, na sua resolução de 6 de Julho de 2006, o Parlamento decidiu que "a Comissão Temporária prosseguiria os seus trabalhos durante o resto do mandato regulamentar de doze meses, sem prejuízo das disposições do artigo 175º do seu Regimento relativas a uma eventual prorrogação",
- B. Considerando que, ao adoptar a sua resolução de 22 de Novembro de 1990 sobre o Processo Gladio¹, já havia sido destacada, há mais de 16 anos, a existência de actividades clandestinas envolvendo serviços de informação e organizações militares à margem de qualquer controlo democrático adequado,
- C. Considerando que os Estados-Membros não podem contornar as exigências que lhes são impostas pela Comunidade Europeia (CE) e pelo direito internacional, permitindo que serviços de informação de outros países, sujeitos a disposições legais menos rigorosas, trabalhem nos seus territórios nacionais; considerando, além disso, que as actividades dos serviços de informação só são compatíveis com os direitos fundamentais se existirem sistemas adequados para as supervisionar,
- D. Considerando que o princípio da inviolabilidade da dignidade humana está consagrado no direito internacional em matéria de direitos humanos, nomeadamente no preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem e no preâmbulo do artigo 10º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, e considerando que o princípio é garantido pela jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; considerando que este princípio figura nas Constituições da maioria dos Estados-Membros, bem como no artigo 1º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia², e considerando que esse princípio não deve ser comprometido, mesmo para fins de segurança, em tempo de paz ou de guerra,
- E. Considerando que o princípio da inviolabilidade da dignidade humana subjaz a todos os outros direitos fundamentais garantidos por instrumentos internacionais, europeus e nacionais de protecção dos direitos humanos, nomeadamente o direito à vida, o direito a ser protegido da tortura e de penas ou tratos desumanos ou degradantes, o direito à liberdade e à segurança, o direito à protecção em caso de afastamento, expulsão ou extradição e o direito à acção e a um tribunal imparcial,
- F. Considerando que a extradição não judicial e a detenção secreta implicam múltiplas violações dos direitos humanos, nomeadamente violações do direito à liberdade e à segurança, do direito a ser protegido contra a tortura e tratos desumanos ou degradantes, do direito à acção e, em casos extremos, do direito à vida; considerando que, em alguns casos, quando a entrega conduz à detenção secreta, esta constitui um desaparecimento forçado,
- G. Considerando que a proibição da tortura é uma norma imperativa de direito internacional (*jus cogens*) não passível de derrogação e que a obrigação de proteger da tortura e de a investigar e penalizar é uma obrigação que se impõe a todos os Estados-Membros (*erga omnes*), tal como previsto no artigo 5º da Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 7º do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos, no artigo 3º da Convenção Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (CEDH) e na jurisprudência conexas, no artigo 4º da Carta dos Direitos Fundamentais e nas Constituições e legislações nacionais;

¹ JO C 324 de 24.12.1990, p. 201.

² JO C 364, de 18.12.2000, p. 1.

considerando que as convenções e os protocolos específicos sobre tortura e mecanismos de supervisão adoptados a nível europeu e internacional são prova da importância que a comunidade internacional atribui a este princípio inviolável; considerando que o recurso a garantias diplomáticas é incompatível com esta obrigação,

- H. Considerando que nas democracias em que é inerente o respeito pelo primado do direito, a luta contra o terrorismo não pode ser ganha sacrificando ou limitando os próprios princípios que o terrorismo procura destruir, nomeadamente, a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais; considerando que o terrorismo pode e deve ser combatido por meios legais e deve ser derrotado respeitando a legislação internacional e nacional,
- I. Considerando que a estratégia de luta contra o terrorismo levada a cabo pelo Governo dos Estados Unidos comporta, para o controlo dos dados sensíveis dos cidadãos europeus, instrumentos que prejudicam a vida privada, como o acordo sobre o registo de identificação dos passageiros (PNR) dos transportes aéreos e o controlo dos dados bancários através do código SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication),
- J. Considerando que, em 6 de Setembro de 2006, o Presidente norte-americano, George W. Bush, confirmou que a Central Intelligence Agency (CIA) mantinha um programa de detenção secreta no exterior dos Estados Unidos,
- K. Considerando que o Presidente George W. Bush declarou que as informações vitais obtidas através do programa de entregas extraordinárias e de detenção secreta tinham sido partilhadas com outros países e que esse programa prosseguiria, o que significa que existe a forte possibilidade de alguns países europeus terem recebido, com ou sem conhecimento, informações obtidas sob tortura,
- L. Considerando que a Comissão Temporária obteve, de fonte confidencial, registos da reunião transatlântica informal entre a União Europeia (UE) e os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO), à qual assistiu a Secretária de Estado norte-americana Condoleezza Rice, em 7 de Dezembro de 2005, que confirmaram que os Estados-Membros tinham conhecimento do programa de entregas extraordinárias, embora todos os interlocutores oficiais da Comissão Temporária tenham prestado informações inexatas sobre esta questão,
- M. Considerando que a Comissão Temporária obteve, de fonte confidencial, registos das reuniões havidas entre o Grupo de Trabalho do Conselho de Direito Público Internacional (COJUR) e o Grupo de Trabalho das Relações Transatlânticas (COTRA) com os altos funcionários do Departamento do Estado Norte-Americano, durante o primeiro semestre de 2006 (concretamente em 8 de Fevereiro e 3 de Maio de 2006), mas recebeu da Presidência do Conselho apenas uma versão sucinta destes documentos; considerando que os documentos que o Conselho enviou ao Parlamento relativos a estas reuniões, em resposta ao pedido específico do Parlamento, são sínteses incompletas dos trabalhos em que faltam partes essenciais,
- N. Considerando que lhe foram omitidas todas as informações relativas às reuniões supracitadas e que as deliberações que tiveram lugar neste quadro permanecem um mistério,

- O. Considerando que, na presente resolução, deve entender-se por "países europeus" os Estados-Membros, os países candidatos e os países associados, como especifica o mandato adoptado pela Comissão Temporária em 18 de Janeiro de 2006,
1. Recorda que o terrorismo constitui uma das ameaças principais que pesam sobre a segurança da União Europeia e que tem de ser combatido por meios legais e coordenados por parte de todos os governos europeus, em colaboração estreita com os parceiros internacionais e, em particular, os Estados Unidos, com base na estratégia definida ao nível das Nações Unidas (ONU); sublinha que a luta contra o terrorismo se deve basear nos nossos valores comuns da democracia, no primado do direito, nos direitos humanos e nas liberdades fundamentais, a fim de proteger estes mesmos princípios; sublinha, por outro, que o conjunto dos trabalhos efectuados pela Comissão Temporária tem por objecto contribuir para o desenvolvimento de medidas claras e orientadas em matéria de combate ao terrorismo, universalmente aceites e respeitadores do direito nacional e internacional;
 2. Considera que, na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001, a denominada "guerra contra o terror", no que diz respeito aos seus excessos, deu origem, conforme assinalou Kofi Annan, Secretário-Geral cessante das Nações Unidas, a uma grave e perigosa erosão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
 3. Acredita que os direitos do indivíduo e o respeito integral dos direitos humanos contribuem para a segurança; considera necessário que a relação entre a necessidade de segurança e os direitos dos indivíduos e os direitos humanos sejam sempre integralmente respeitados, garantindo que os terroristas suspeitos sejam julgados e condenados no decurso do processo;
 4. Sublinha que a obrigação positiva de respeitar, proteger e promover os direitos humanos é vinculativa, independentemente do estatuto jurídico da pessoa em causa, e que qualquer discriminação entre os cidadãos da UE e as pessoas residentes nos Estados-Membros ou qualquer outra pessoa com direito à protecção ou sob a jurisdição dos Estados-Membros deve ser evitada;
 5. Recorda que o objectivo da presente resolução, assente no relatório da Comissão Temporária, consiste em determinar as responsabilidades relativas aos factos que teve possibilidades de examinar, por um lado, e em perspectivar meios de evitar que os abusos e as violações cometidos no contexto da luta contra o terrorismo possam reproduzir-se no futuro, por outro;
 6. Toma nota da declaração do Presidente norte-americano, George W. Bush, de 6 de Setembro de 2006, segundo o qual um pequeno número de líderes e operacionais terroristas suspeitos, capturados durante a guerra, foram detidos e interrogados fora dos Estados Unidos, no âmbito de um programa separado levado a cabo pela CIA, e que muitas das pessoas que aí estiveram detidas foram posteriormente transferidas para Guantânamo, enquanto outros reclusos se encontram, muito provavelmente, ainda presos em locais secretos de detenção; toma nota do relatório do Federal Bureau of Investigation (FBI), de 2 de Janeiro de 2007, que faz referência a 26 testemunhos de prática de maus-tratos em Guantânamo, desde 11 de Setembro de 2001;
 7. Lamenta, a este respeito, a incapacidade do Conselho, devida à oposição de certos Estados-Membros, à adopção de conclusões em resposta a esta declaração aquando do Conselho "Assuntos Gerais e Relações Externas", de 15 de Setembro de 2006, e solicita

ao Conselho que adopte urgentemente estas conclusões a fim de dissipar quaisquer dúvidas quanto à cooperação e convivência dos governos dos Estados-Membros com o programa de entregas extraordinárias e de detenções secretas no passado, no presente e no futuro;

8. Solicita ao Conselho e aos Estados-Membros que, à imagem do Parlamento Europeu, emitam uma declaração clara e contundente, instando o Governo dos Estados Unidos a pôr termo às práticas das detenções e entregas extraordinárias;
9. Lamenta que os governos dos países europeus não tenham considerado necessário pedir ao Governo norte-americano esclarecimentos sobre a existência de prisões secretas no exterior do território dos Estados Unidos;
10. Toma nota das declarações do Consultor Jurídico do Departamento de Estado norte-americano no decurso de uma reunião, em 3 de Maio de 2006, com os representantes dos Estados-Membros reunidos no Conselho, segundo as quais o programa de entregas extraordinárias, cuja existência confirmou, foi sempre aplicado no pleno respeito da soberania dos países em causa; observa que esta afirmação foi posteriormente confirmada na reunião com a delegação da Comissão Temporária que se deslocou a Washington;
11. Agradece aos antigos agentes da CIA que se disponibilizaram a cooperar com a Comissão Temporária, nomeadamente em certas reuniões confidenciais, no decurso das quais confirmaram que os programas de entregas extraordinárias já haviam tido início na década de 90;
12. Congratula-se com o anúncio da nova maioria resultante das eleições no Senado norte-americano, que analisará a questão do programa de entregas extraordinárias desenvolvido pela CIA; sublinha que tal confere ainda maior pertinência aos trabalhos da Comissão Temporária;
13. Denuncia a falta de cooperação de muitos Estados-Membros, bem como do Conselho da União Europeia com a sua Comissão Temporária; salienta que o comportamento dos Estados-Membros e, em particular, do Conselho e das suas Presidências, ficou muito aquém das expectativas legítimas do Parlamento;
14. Considera que a falta grave de respostas concretas às questões levantadas pelas vítimas, pelas organizações não-governamentais (ONG), pelos meios de comunicação social e pelos deputados só reforçou a validade das alegações já bem documentadas;
15. Enfatiza o trabalho sério e rigoroso desenvolvido pelas autoridades judiciais italianas, alemãs e espanholas sobre as alegações que relevam do mandato da sua Comissão Temporária e convida as autoridades judiciais de outros Estados-Membros a agirem de forma semelhante com base nas importantes informações disponibilizadas pela Comissão Temporária;
16. Incita os parlamentos nacionais dos países europeus a prosseguirem ou a encetarem investigações aprofundadas, da forma que julgarem mais adequada e eficiente, sobre estas alegações, nomeadamente através da criação de comissões parlamentares de inquérito;
17. Presta homenagem à imprensa mundial, nomeadamente aos jornalistas norte-americanos

que foram os primeiros a desvendar os abusos e as violações dos direitos humanos associados às entregas extraordinárias, fazendo assim prova da grande tradição democrática da imprensa norte-americana; reconhece igualmente os esforços e a qualidade do trabalho desenvolvido por várias ONG sobre estas questões, nomeadamente a Statewatch, a Amnistia Internacional e a Human Rights Watch;

18. Reconhece que algumas informações contidas neste relatório, inclusivamente relativas à existência de prisões secretas da CIA, provêm de fontes oficiais ou oficiosas dos Estados Unidos, o que é prova da vitalidade e do auto-controlo inerentes à democracia norte-americana;
19. Expressa a sua profunda gratidão a todas as vítimas que tiveram a coragem de partilhar as suas experiências traumáticas com a Comissão Temporária;
20. Apela a todos os países europeus que se abstenham de envidar qualquer acção contra os funcionários, antigos funcionários, jornalistas ou outras pessoas que, através do seu testemunho ou de outras informações quer à Comissão Temporária, quer a outros órgãos de inquérito, tenham contribuído para que se fizesse luz sobre o sistema das entregas extraordinárias, das detenções ilegais e do transporte de pessoas suspeitas de terrorismo;
21. Reitera o seu apelo ao Conselho, tal como expresso na sua resolução de 6 de Julho de 2006, para que adopte uma posição comum contra a utilização, pelos Estados-Membros, de simples garantias diplomáticas concedidas por países terceiros, sempre que existam motivos sérios para pensar que os indivíduos poderão ficar expostos ao risco de serem torturados ou de lhes serem infligidos maus-tratos;

Cooperação com as Instituições da UE e as organizações internacionais

22. Lamenta o incumprimento do Conselho e da sua Presidência quanto à respectiva obrigação de manter o Parlamento plenamente informado acerca dos principais aspectos e das opções fundamentais da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e dos trabalhos desenvolvidos no domínio da cooperação policial e judiciária em matéria penal, em conformidade com os artigos 21º a 39º do Tratado da União Europeia;
23. Sublinha, a este respeito, que é totalmente inaceitável que o Conselho tenha inicialmente omitido e, subsequentemente, a pedido do Parlamento Europeu, fornecido tão só informações parcelares sobre as discussões regulares conduzidas com altos funcionários do Governo norte-americano, afirmando que esta era a única versão disponível; denuncia, além disso, o facto de o Conselho se ter referido igualmente ao pedido efectuado pelo governo de um país terceiro para que a informação permanecesse confidencial;
24. Assinala que estas debilidades do Conselho implicam os governos de todos os Estados-Membros, dado que estes possuem uma responsabilidade colectiva enquanto membros do Conselho;
25. Manifesta indignação com a proposta que a então Presidência do Conselho pretendia apresentar no sentido de criar um "quadro" conjunto com os Estados Unidos sobre normas para a entrega de suspeitos de actos de terrorismo, conforme confirmaram os participantes na reunião do Grupo de Trabalho do Conselho de Direito Público Internacional (COJUR) e do Grupo de Trabalho das Relações Transatlânticas (COTRA) com altos funcionários do Departamento de Estado norte-americano, realizada em

Bruxelas, em 3 de Maio de 2006;

26. Exorta à publicação dos resultados dos debates efectuados com as Nações Unidas, segundo Gijs de Vries, sobre as definições de "extradição" e de "extradição não judicial";
27. Toma nota do facto de o Secretário-Geral (e Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC)) do Conselho da União Europeia, Javier Solana, ter reafirmado que os Estados-Membros têm de garantir que quaisquer medidas que tomem para combater o terrorismo respeitem as suas obrigações no âmbito do direito internacional; manifesta a sua preocupação relativamente às omissões verificadas nas declarações feitas à sua Comissão Temporária pelo Secretário-Geral, relativamente aos debates no Conselho e ao conhecimento dos métodos utilizados pelos Estados Unidos na sua campanha contra o terrorismo; lamenta o facto de ter sido incapaz de fornecer as provas que já se encontravam na posse da Comissão Temporária; solicita-lhe que revele todos os factos e debates de que tem conhecimento e que promova uma política externa europeia e uma estratégia internacional contra o terrorismo que respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais;
28. Questiona a essência real do cargo de Coordenador da Luta Anti-Terrorismo da UE, ocupado por Gijs de Vries, visto que foi incapaz de dar respostas satisfatórias às perguntas levantadas pela Comissão Temporária; entende que a revisão e o reforço das suas competências e poderes, bem como o reforço da transparência e da supervisão das actividades por parte do Parlamento têm de ser empreendidas no futuro próximo, no intuito de melhorar a dimensão europeia da luta contra o terrorismo;
29. Lamenta a recusa do director do Serviço Europeu de Polícia (Europol), Max-Peter Ratzel, em comparecer perante a Comissão Temporária, tanto mais que se veio a saber que os funcionários de ligação, nomeadamente dos serviços de informação norte-americanos, foram destacados para este serviço; insta-o a transmitir ao Parlamento informações completas sobre o papel e as tarefas destes funcionários e sobre os dados a que estes tiveram acesso e em que condições;
30. Agradece ao Vice-Presidente da Comissão, Franco Frattini, a cooperação que prestou nos trabalhos da Comissão Temporária e incita a Comissão a intensificar a sua acção no contexto da continuidade da busca da verdade e dos meios destinados a impedir que os factos analisados pela Comissão Temporária se repitam;
31. Manifesta, nomeadamente, o seu apreço pelo empenho revelado pelo Vice-Presidente Frattini em instaurar um novo quadro de cooperação euro-atlântica de luta contra o terrorismo internacional, com regras harmonizadas para a protecção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais;
32. Agradece ao Eurocontrol e, em particular, ao seu director, a sua excelente cooperação e as informações muito úteis que partilhou com a sua Comissão Temporária;
33. Congratula-se com a colaboração estreita que manteve com o Conselho da Europa, em particular a sua Assembleia Parlamentar e o seu Secretário-Geral, e exorta a Comissão dos Assuntos Jurídicos e dos Direitos do Homem – e o seu Presidente, o senador Dick Marty – a prosseguir os seus trabalhos; subscreve as recomendações endereçadas ao Comité dos Ministros pelo Secretário-Geral, Terry Davis; sublinha a convergência dos resultados obtidos até à data pelas duas Comissões;

34. Manifesta a sua profunda preocupação com as recusas do anterior e do actual Secretário-Geral da NATO, Lord Robertson e Jaap de Hoop Scheffer, respectivamente, em comparecer perante a sua Comissão Temporária, e com a resposta negativa desta organização ao seu pedido de acesso à decisão do Conselho do Atlântico Norte, de 4 de Outubro de 2001, relativa à execução do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, na sequência dos ataques perpetrados, em 11 de Setembro de 2001, contra os Estados Unidos; reitera o seu pedido no sentido de tornar público o documento em causa e de, no mínimo, prestar informações sobre o seu conteúdo e a sua aplicação no passado e no presente, sobre se ainda está em vigor e sobre se os voos da CIA foram efectuados no âmbito do mesmo;
35. Agradece aos relatores especiais das Nações Unidas, Manfred Nowak (sobre a tortura) e Martin Scheinin (sobre a promoção e a protecção dos direitos humanos na luta contra o terrorismo) pelo seu contributo para os trabalhos da Comissão Temporária, lamentando que não tenha sido possível à Alta-Comissária para os Direitos do Homem, Louise Arbour, viabilizar um encontro; agradece à rede europeia de peritos em matéria de direitos do Homem e, em particular, ao seu coordenador, Olivier De Schutter, a contribuição que deram para o trabalho da Comissão Temporária;

Informações analisadas pela Comissão Temporária

Entregas extraordinárias e utilização indevida do espaço aéreo e dos aeroportos

36. Recorda que o programa de entregas extraordinárias constitui uma prática extrajudicial que viola a regulamentação internacional em vigor em matéria de direitos humanos e em virtude da qual um indivíduo suspeito de estar implicado em actividades terroristas é ilegalmente levado, detido e/ou entregue a agentes dos Estados Unidos e/ou transportado para outro país no qual será sujeito a um interrogatório, o que na maioria dos casos implica uma detenção em situação de incomunicabilidade e tortura;
37. Lamenta o facto de as famílias das vítimas serem mantidas na mais completa ignorância acerca do destino dos seus parentes;
38. Sublinha que, apesar da confusão gerada deliberadamente por alguns representantes dos Estados Unidos em declarações privadas e públicas, as entregas extraordinárias são uma prática completamente diferente da utilizada por alguns países europeus apenas em circunstâncias muito excepcionais, nomeadamente em casos de detenção ou de prisão em países terceiros de pessoas formalmente acusadas de crimes muito graves, a fim de serem transferidas para território europeu para serem alvo de acusações penais num tribunal, com todas as garantias legais de um sistema judicial;
39. Condena o acto de extradição não judicial, o qual constitui um instrumento ilegal sistematicamente utilizado pelos Estados Unidos na luta contra o terrorismo; condena, ainda a aceitação e a dissimulação desta prática, em várias ocasiões, pelos serviços secretos e pelas autoridades governamentais de certos países europeus;
40. Condena qualquer participação em interrogatórios de indivíduos que são vítimas de entregas extraordinárias porque tal constitui uma legitimação deplorável deste tipo de procedimento ilegal, mesmo quando as pessoas que participam no interrogatório não assumam qualquer responsabilidade directa pelo facto de as vítimas terem sido raptadas, detidas, torturadas ou maltratadas;

41. Considera que a prática da extradição não judicial se revelou contraproducente na luta contra o terrorismo e que a extradição não judicial mancha, efectivamente, e compromete os procedimentos policiais e judiciários regulares contra as pessoas suspeitas de terrorismo;
42. Sublinha que, pelo menos, 1.245 voos operados pela CIA sobrevoaram o espaço aéreo europeu ou fizeram escala em aeroportos europeus, entre o final de 2001 e o final de 2005, para além de um número indeterminado de voos militares com o mesmo objectivo; recorda que, por um lado, pode ter havido mais voos da CIA do que os confirmados pelas investigações efectuadas pela Comissão Temporária, enquanto, por outro lado, nem todos esses voos foram utilizados para a extradição não judicial;
43. Lamenta que os países europeus tenham descurado o controlo que lhes incumbe exercer sobre o respectivo espaço aéreo e aeroportos ao fechar os olhos ou admitir voos explorados pela CIA, que, em certas ocasiões, foram utilizados no contexto do programa de entregas extraordinárias ou do transporte ilegal de detidos, e recorda as suas obrigações positivas no quadro da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, e igualmente reiteradas pela Comissão Europeia para a Democracia através do Direito (Comissão de Veneza);
44. Manifesta a sua preocupação, nomeadamente pelo facto de o sobrevoo geral e as autorizações de escala concedidas às aeronaves da CIA terem podido basear-se, *inter alia*, no Acordo da NATO relativo à execução do Artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, adoptado em 4 de Outubro de 2001;
45. Recorda que o artigo 1º da Convenção relativa à Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago) estabelece o princípio segundo o qual todos os Estados contratantes gozam de soberania total e exclusiva sobre o espaço aéreo que cobre o seu território, e, por conseguinte, não implica qualquer exclusão da responsabilidade total dos Estados pela observância de direitos humanos no seu território, incluindo o espaço aéreo que o cobre;
46. Sublinha que a CIA utilizou normas da aviação civil para contornar as obrigações jurídicas que se aplicam às aeronaves estatais, nomeadamente as utilizadas pelo exército e pela polícia, tal como previstas na Convenção de Chicago; recorda que o Artigo 4º da Convenção de Chicago dispõe o seguinte: "os Estados contratantes acordam em não utilizar a aviação civil para fins incompatíveis com os objectivos da presente Convenção";
47. Confirma, face aos elementos complementares recebidos no decurso da segunda parte dos trabalhos da sua Comissão Temporária, ser inverosímil que certos governos europeus não tenham tido conhecimento das actividades associadas às entregas extraordinárias que ocorreram no respectivo território;
48. Sublinha que os documentos de trabalho n.ºs 7 e 8¹ da Comissão Temporária contêm elementos de prova consistentes relativamente às entregas extraordinárias analisadas pela comissão, bem como quanto às companhias associadas à CIA, às aeronaves utilizadas pela CIA e aos países europeus nos quais as aeronaves da CIA fizeram escala;

ITÁLIA

¹ Números de referência: PE 380.593v04-00 e PE 380.984v02-00.

49. Lamenta que os representantes do antigo e actual Governos italiano, que são ou foram responsáveis pelos serviços secretos italianos, tenham declinado o convite para comparecer perante a Comissão Temporária;
50. Condena a extradição não judicial, pela CIA, do eclesiástico egípcio Abu Omar, que havia obtido asilo em Itália e que foi levado de Milão, em 17 de Fevereiro de 2003, sendo seguidamente transferido de automóvel de Milão para a base militar da NATO, em Aviano, e posteriormente transportado em avião, através da base militar da NATO em Ramstein, na Alemanha, para o Egipto, onde esteve detido em situação de incomunicabilidade e foi torturado;
51. Condena o papel activo desempenhado por um marechal da polícia italiana e por alguns funcionários do serviço de informações e de segurança militar italiano (SISMI) no rapto de Abu Omar, como revela o inquérito judicial e as provas reunidas pelo Procurador de Milão, Armando Spataro;
52. Constata e lamenta que o General Nicolò Pollari, antigo Director do SISMI, tenha dissimulado a verdade quando se apresentou perante a Comissão Temporária, em 6 de Março de 2006, ao afirmar que os agentes italianos não haviam desempenhado qualquer papel nos raptos organizados pela CIA e que os serviços de informações italianos ignoravam o projecto de rapto de Abu Omar;
53. Considera muito provável, tendo em conta a implicação dos seus serviços secretos, que o Governo italiano então em exercício tenha estado ao corrente da extradição não judicial de Abu Omar perpetrada no seu território;
54. Agradece ao Procurador Spataro o seu testemunho perante a Comissão Temporária, enaltece o inquérito eficaz e independente que levou a cabo para esclarecer a extradição não judicial de Abu Omar e subscreve plenamente as suas conclusões, bem como a decisão de emitir um mandado de detenção contra 26 cidadãos nacionais norte-americanos, agentes da CIA, 7 altos responsáveis do SISMI, um “carabiniere” do Grupo de Operações Especiais (ROS, ou “Raggruppamento Operativo Speciale”) e o editor-adjunto do quotidiano “Liberò”; saúda igualmente a abertura de um inquérito judicial no Tribunal de Milão;
55. Lamenta que o rapto de Abu Omar tenha prejudicado a investigação que o Procurador Spataro conduzia sobre a rede terrorista à qual Abu Omar estava ligado; recorda que, caso Abu Omar não tivesse sido preso ilegalmente e transportado para outro país, teria sido submetido a um processo normal e equitativo em Itália;
56. Regista o facto de as declarações prestadas pelo General Pollari serem inconsistentes com um determinado número de documentos encontrados nas instalações do SISMI e apreendidos pela Procuradoria de Milão; considera que estes documentos demonstram que o SISMI foi regularmente informado pela CIA acerca da detenção de Abu Omar no Egipto;
57. Lamenta profundamente que a Procuradoria de Milão tenha sido sistematicamente induzida em erro pela Direcção do SISMI, no intuito de prejudicar o inquérito sobre a extradição não judicial de Abu Omar; manifesta a sua profunda preocupação, quer pelo facto de a Direcção do SISMI ter dado a ideia de pautar o seu trabalho em função de uma agenda paralela, quer com a falta de adequados controlos internos e governamentais; solicita ao Governo italiano que remedeie esta situação com carácter

de urgência através do estabelecimento de controlos parlamentares e governamentais reforçados;

58. Condena as perseguições ilegais movidas contra os jornalistas italianos que indagaram a extradição não judicial de Abu Omar, as escutas a que foram sujeitas as respectivas conversas telefónicas, assim como o confisco dos respectivos computadores; sublinha que os testemunhos destes jornalistas foram da maior utilidade para o trabalho da Comissão Temporária;
59. Critica a lentidão com a qual o Governo italiano decidiu demitir das suas funções e substituir o General Pollari;
60. Lamenta que um documento sobre a cooperação italo-americana na luta contra o terrorismo, que teria permitido que se avançasse com o inquérito sobre a extradição não judicial de Abu Omar, tenha sido considerado como documento classificado pelo antigo Governo italiano e que o actual Governo tenha confirmado esse estatuto;
61. Exorta o Ministro da Justiça italiano a dar seguimento, o mais rapidamente possível, aos pedidos de extradição dos 26 cidadãos nacionais norte-americanos que são mencionados, para que sejam julgados em Itália;
62. Condena a extradição não judicial do cidadão italiano Abou Elkassim Britel, detido no Paquistão em Março de 2002 pela polícia paquistanesa e interrogado por agentes norte-americanos e paquistaneses, tendo seguidamente sido entregue às autoridades marroquinas e colocado no centro penitenciário de "Temara", onde ainda se encontra encarcerado; sublinha que os inquéritos criminais instaurados em Itália contra Abou Elkassim Britel foram arquivados, sem que tenha sido deduzida qualquer acusação;
63. Lamenta que, de acordo com os documentos fornecidos à Comissão Temporária pelo advogado de Abou Elkassim Britel, o Ministro do Interior italiano tenha mantido, à época, uma "cooperação constante" com serviços secretos estrangeiros relativamente ao dossiê de Abou Elkassim Britel, na sequência da sua detenção no Paquistão;
64. Exorta o Governo italiano a tomar medidas concretas para conseguir a libertação imediata de Abou Elkassim Britel e de Abu Omar, a fim de que o processo instaurado contra Abu Omar possa ser julgado no Tribunal de Milão;
65. Lamenta profundamente que o território italiano tenha sido utilizado pela CIA para efectuar uma escala do voo que serviu para realizar a extradição não judicial de Maher Arar – que testemunhou perante a Comissão Temporária – na viagem entre os Estados Unidos e a Síria, com passagem por Roma;
66. Regista o facto de ter havido 46 escalas de aeronaves operadas pela CIA em aeroportos italianos e manifesta a sua profunda preocupação acerca da finalidade de tais voos, que eram provenientes de – ou dirigiam-se a – países ligados ao circuito das extradições não judiciais e da transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos italianos de aeronaves, que, segundo se demonstrou, permitiram à CIA, em outras ocasiões, proceder às extradições não judiciais de Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed, Abu Omar e Maher Arar, bem como às expulsões de Ahmed Agiza e Mohammed El Zari;

REINO UNIDO

67. Deplora o modo como o Governo britânico, representado pelo seu Ministro para os Assuntos Europeus, colaborou com a Comissão Temporária; declara-se extremamente surpreendido com a carta enviada pelo Ministro ao Presidente do Parlamento;
68. Agradece ao grupo parlamentar composto pelos representantes de todos os partidos sobre as extradições não judiciais (APPG), que inclui membros da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes, pelo seu trabalho e por terem facultado à Comissão Temporária em Londres um conjunto de documentos de muito valor;
69. Condena as extradições não judiciais de Bisher Al-Rawi, um cidadão iraquiano residente no Reino Unido, e de Jamil El-Banna, um cidadão jordano também residente no Reino Unido, que foram detidos pelas autoridades da Gâmbia, neste país, em Novembro de 2002, entregues a agentes norte-americanos e transportados para o Afeganistão e, depois disso, para Guantânamo, onde permanecem encarcerados sem julgamento e à margem de qualquer forma de assistência judiciária;
70. Salaria que os telegramas do serviço secreto britânico MI5 endereçados a um Governo estrangeiro não especificado, que foram revelados ao Presidente do APPG, Andrew Tyrie, sugerem que o rapto de Bisher Al-Rawi e de Jamil El-Banna foi facilitado pela informação parcialmente incorrecta fornecida pelos serviços de segurança britânicos;
71. Critica a relutância do Governo britânico em prestar assistência consular a Bisher Al-Rawi e a Jamil El-Banna com o fundamento de que não são cidadãos britânicos;
72. Condena as múltiplas extradições não judiciais de Binyam Mohammed, cidadão etíope residente no Reino Unido; sublinha que Binyam Mohammed esteve detido em, pelo menos, dois centros de detenção secretos, para além dos presídios militares;
73. Manifesta a sua profunda apreensão ante o testemunho do advogado de Binyam Mohammed, que forneceu à delegação oficial da Comissão Temporária ao Reino Unido um relato das torturas horríveis infligidas ao seu cliente;
74. Sublinha que o antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros e do “Commonwealth” britânico, Jack Straw, admitiu em Dezembro de 2005 que agentes dos serviços secretos britânicos tinham-se encontrado com Binyam Mohammed aquando da sua detenção no Paquistão; salienta, a este respeito, que algumas das questões colocadas pelos agentes marroquinos a Binyam Mohammed parecem ter sido inspiradas por informações prestadas pelo Reino Unido;
75. Condena a extradição não judicial do cidadão britânico Martin Mubanga, que se encontrou com a delegação oficial da Comissão Temporária ao Reino Unido, depois de ter sido detido na Zâmbia, em Março de 2002, e transportado em seguida de avião para Guantânamo; lamenta que Martin Mubanga tenha sido interrogado por funcionários britânicos em Guantânamo, onde foi detido e torturado durante quatro anos, sem julgamento e à margem de qualquer forma de assistência judiciária, antes de ser libertado, sem que contra ele tenha sido deduzida qualquer acusação;
76. Expressa o seu agradecimento a Craig Murray, antigo Embaixador britânico no Uzbequistão, pelas declarações preciosas que prestou à Comissão Temporária sobre a troca de informações obtidas sob tortura, bem como pelo facto de ter fornecido uma cópia do parecer jurídico de Michael Wood, antigo conselheiro jurídico no Ministério dos Negócios Estrangeiros e do “Commonwealth” britânico;

77. Expressa o seu repúdio pelo parecer jurídico de Michael Wood, segundo o qual "receber ou possuir" informações extorquidas sob tortura – na condição de não ter havido uma participação directa no acto de tortura – não constitui, por si só, um acto proibido pela Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes; expressa ainda o seu repúdio por qualquer tentativa de obter informações mediante recurso à tortura, independentemente de quem esteja envolvido;
78. Manifesta a sua profunda preocupação pelas 170 escalas de aeronaves operadas pela CIA em aeroportos britânicos, que, em muitos casos, eram provenientes de – ou dirigiam-se a – países ligados ao circuito das extradições não judiciais e da transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos britânicos de aeronaves, que, segundo se demonstrou, permitiram à CIA, em outras ocasiões, proceder às extradições não judiciais de Ahmed Agiza, Mohammed El-Zari, Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed, Abu Omar e Maher Arar, bem como às expulsões de Ahmed Agiza e Mohammed El Zari;

ALEMANHA

79. Reconhece a boa cooperação prestada pelo Governo alemão, que disponibilizou documentos de acesso restrito ao Presidente e ao relator da Comissão Temporária; lamenta, por outro lado, que nenhum representante do Governo alemão tenha podido comparecer perante a Comissão Temporária;
80. Regozija-se com o excelente trabalho desenvolvido pela Comissão de Inquérito do Parlamento alemão e manifesta o seu pleno apoio à prossecução dos trabalhos da referida Comissão;
81. Agradece ao procurador de Munique, Martin Hofmann, o seu testemunho perante a Comissão Temporária e congratula-se com todos os inquéritos judiciais em curso na Alemanha;
82. Lamenta o facto de que as autoridades alemãs tenham, no mínimo, tido conhecimento do rapto ilegal do cidadão alemão Khaled El-Masri, que testemunhou perante a Comissão Temporária, solicitando à Comissão de Inquérito do Parlamento alemão que proceda a uma análise aprofundada do assunto e clarifique o papel dos agentes alemães neste processo;
83. Condena a extradição não judicial do cidadão turco, residente na Alemanha, Murat Kurnaz, que testemunhou perante a Comissão Temporária e que foi detido no Paquistão em Novembro de 2001, entregue às unidades norte-americanas do outro lado da fronteira no Afeganistão pela polícia paquistanesa, sem qualquer fundamentação jurídica e sem assistência judiciária, tendo sido, por fim, transferido de avião para Guantánamo, no final de Janeiro de 2002, onde foi libertado em 24 de Agosto de 2002, sem que contra ele tenha sido deduzida qualquer acusação e depois de ter sido torturado em todos os locais onde esteve preso;
84. Assinala que, segundo informações institucionais de carácter confidencial, o Governo alemão não aceitou a oferta norte-americana, feita em 2002, de libertar Murat Kurnaz de Guantánamo; frisa que, várias vezes ao longo do ano de 2002, o Governo alemão comunicou ao advogado de Murat Kurnaz ser impossível a abertura de negociações com o Governo norte-americano sobre a libertação do seu cliente, visto tratar-se de um cidadão turco; sublinha que a totalidade das investigações efectuadas permitiram que se

chegasse à conclusão, logo em Outubro de 2002, de que Murat Kurnaz não constituía uma ameaça terrorista;

85. Lamenta o facto de que Murat Kurnaz tenha sido interrogado duas vezes, em 2002 e 2004, por agentes alemães em Guantánamo, onde se encontrava detido sem que contra ele tivesse sido formulada qualquer acusação formal, sem julgamento e sem qualquer forma de assistência judiciária; lamenta o facto de os agentes alemães lhe terem recusado qualquer ajuda, mostrando-se interessados apenas em interrogá-lo;
86. Apoia plenamente o inquérito instaurado pelo Procurador de Potsdam e transferido para o Procurador de Tübingen/Karlsruhe em 25 de Outubro de 2006, contra agressores desconhecidos, com o propósito de esclarecer se Murat Kurnaz foi vítima de maus-tratos no Afeganistão por parte de soldados alemães pertencentes ao “Kommando Spezialkräfte” (KSK), o grupo de operações especiais do Exército alemão, antes de ter sido enviado para Guantánamo;
87. Observa que, durante os interrogatórios, Murat Kurnaz foi confrontado com pormenores da sua vida pessoal; faz notar que este facto levanta suspeitas de que, mesmo antes de deixar o país, Murat Kurnaz tenha estado sob vigilância, ou tenha sido observado com um grau de proximidade a que só os serviços secretos a nível nacional têm acesso;
88. Congratula-se com a iniciativa do Governo alemão, em Janeiro de 2006, que conduziu à libertação de Murat Kurnaz;
89. Condena a extradição não judicial do cidadão alemão Mohammed Zammar, detido em 8 de Dezembro de 2001 sem acusação formal no aeroporto de Casablanca, em Marrocos, e seguidamente encarcerado e torturado em Marrocos e na Síria;
90. Assinala que, segundo uma fonte institucional de carácter confidencial, em 26 de Novembro de 2001, a Polícia Criminal Federal Alemã forneceu pormenores sobre o local onde se encontrava Mohammed Zammar ao “Federal Bureau of Investigation” (FBI) norte-americano, o que facilitou a detenção de Mohammed Zammar;
91. Assinala que, na sequência de uma reunião havida entre agentes da Chancelaria Federal Alemã e dos serviços de informação sírios, em Julho de 2002, os Procuradores alemães desistiram das suas acusações contra vários cidadãos sírios residentes na Alemanha, ao passo que as autoridades sírias autorizaram agentes alemães a encontrar-se com Mohammed Zammar na prisão síria de Far' Falastin, o que foi confirmado por uma fonte institucional de carácter confidencial; lamenta que Mohammed Zammar tenha sido interrogado por agentes alemães nessa prisão;
92. Exorta a primeira Comissão de Inquérito do “Bundestag” a investigar, no contexto do próximo alargamento do seu mandato, o caso que veio recentemente a lume da extradição não judicial do cidadão egípcio Abdel-Halim Khafagy, há muito residente na Alemanha; Abdel-Halim Khafagy terá sido preso, provavelmente, na Bósnia-Herzegovina, em Setembro de 2001, sob suspeita de terrorismo, tendo sido sequestrado numa prisão da base militar norte-americana “Eagle Base” em Tuzla, onde foi muito maltratado e detido em condições desumanas;
93. Manifesta a sua profunda preocupação pelas informações contidas num documento não classificado dado a conhecer à Comissão Temporária, que demonstra que a extradição não judicial de, pelo menos, seis argelinos de Tuzla para Guantánamo, via Incirlik, foi

planeada na base militar do Comando Europeu dos Estados Unidos da América (USEUCOM), perto de Estugarda; exorta o “Bundestag” a investigar com a máxima celeridade se as alegadas extradições não judiciais envolveram a violação do Acordo sobre o Estatuto das Forças, ou de outros acordos ou tratados concluídos com as forças militares dos Estados Unidos estacionadas em território alemão, se estiveram previstas outras extradições não judiciais por parte do USEUCOM e se houve algum tipo de envolvimento dos oficiais de ligação alemães em todo este processo;

94. Manifesta a sua profunda preocupação pelas 336 escalas de aeronaves operadas pela CIA em aeroportos alemães, que, em muitos casos, eram provenientes de – ou dirigiam-se a – países ligados ao circuito das extradições não judiciais e da transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos alemães de aeronaves, que, segundo se demonstrou, permitiram à CIA, em outras ocasiões, proceder às extradições não judiciais de Ahmed Agiza, Mohammed El-Zari, Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed, Abu Omar e Maher Arar, bem como às expulsões de Ahmed Agiza e Mohammed El Zari; declara-se particularmente inquieto pelo facto de um dos voos acima mencionados ter tido Guantânamo por destino; exorta vivamente as autoridades alemãs a aprofundar as suas investigações sobre este voo;
95. Regista as alegações relativas à detenção temporária e aos maus tratos infligidos aos suspeitos de terrorismo na prisão militar norte-americana de Mannheim-Blumenau, saúda as investigações desencadeadas pelo Gabinete do Procurador Federal e espera que o “Bundestag” e/ou a competente Comissão de Inquérito investiguem este caso mais em pormenor;

SUÉCIA

96. Regista a posição do Governo sueco, tal como foi expressa na carta endereçada à Comissão Temporária pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt; lamenta o facto de nenhum representante do Governo ter podido comparecer perante a Comissão Temporária, a fim de manter uma troca de pontos de vista sobre a sua posição;
97. Condena o facto de a expulsão pela Suécia, em Dezembro de 2001, de Mohammed El-Zari e de Ahmed Agiza, cidadãos egípcios requerentes de asilo naquele país, se ter baseado exclusivamente em garantias diplomáticas dadas pelo Governo egípcio, que não constituíram garantias eficazes contra a tortura; reconhece igualmente que o Governo sueco os impediu do exercício dos seus direitos, tal como se encontram estatuídos na Convenção Europeia, ao não prestar informações aos respectivos advogados senão depois da chegada de ambos ao Cairo; deplora a circunstância de as autoridades suecas terem aceite uma oferta dos EUA no sentido de disponibilizar uma aeronave, que beneficiou de uma autorização especial de sobrevoo para transportar os dois homens para o Egipto;
98. Lamenta o facto de as forças de segurança suecas terem perdido o controlo da aplicação das ordens de expulsão de Ahmed Agiza e de Mohammed El-Zari para o Egipto, à revelia das normas do Estado de Direito, ao permanecerem passivas ante o tratamento degradante dos dois homens por agentes dos EUA no aeroporto de Bromma;
99. Frisa que a decisão da expulsão foi tomada ao mais alto nível executivo, em relação ao qual não há recurso possível;

100. Apoiava plenamente a decisão do Comité dos Direitos do Homem da ONU, de 6 de Novembro de 2006, na qual o Comité considerou que a Suécia violou a interdição absoluta da tortura; do mesmo modo, aprova um outro veredicto do Comité contra a Tortura da ONU, de 20 de Maio de 2005, que conclui que a Suécia violou a Convenção da ONU contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, declarando que "a prestação de garantias diplomáticas [por parte do Egipto], a qual, para além de tudo o mais, não continha qualquer mecanismo relativo à sua execução, se revelou insuficiente para conferir protecção contra esse risco patente";
101. Agradece ao principal Mediador Parlamentar da Suécia, Mats Melin, pelo seu testemunho perante a Comissão Temporária e regozija-se com a investigação que levou a cabo, a qual concluiu que os serviços de segurança e a polícia aeroportuária da Suécia "se revelaram extremamente submissos aos agentes norte-americanos" e "perderam o controlo da aplicação da lei", situação de que resultaram os maus tratos infligidos a Ahmed Agiza e Mohammed El-Zari, incluindo as agressões físicas e outras formas de humilhação no aeroporto, imediatamente antes da respectiva transferência para o Cairo;

ÁUSTRIA

102. Regista as explicações transmitidas por escrito em nome do Governo austríaco, mas lamenta que o Governo austríaco não tenha julgado oportuno comparecer diante da Comissão Temporária para manter uma troca de pontos de vista sobre a posição que assumiu;
103. Observa que os indivíduos citados nos parágrafos seguintes, Masaad Omer Behari e Gamal Menshawi, são pessoas que não possuíam, nem possuem actualmente, a cidadania austríaca e cuja liberdade de circulação não estava sujeita a quaisquer restrições; faz notar que os referidos indivíduos abandonaram o país por vontade própria e sem terem sido submetidos a qualquer controlo por parte das autoridades austríacas, tendo sido detidos fora do território austríaco por serviços estrangeiros, fora da jurisdição das autoridades austríacas e sem que estas estivessem envolvidas; em consequência, regista o facto insofismável de não estarmos perante um caso de extradição não judicial dos referidos indivíduos para a jurisdição de autoridades estrangeiras;
104. Condena o rapto de Masaad Omer Behari, um cidadão sudanês residente na Áustria desde 1989, que testemunhou perante a Comissão Temporária, sequestrado no aeroporto de Amã em 12 de Janeiro de 2003, quando regressava a Viena, vindo do Sudão;
105. Lamenta que Masaad Omer Behari tenha sido posteriormente detido em segredo numa prisão situada nos arredores de Amã pelos Serviços Secretos jordanos, sem julgamento e sem assistência judiciária, onde foi torturado e submetido a maus tratos até 8 de Abril de 2003, data em que foi libertado, sem que contra ele tivesse sido formulada qualquer acusação; relembra que, em Setembro de 2001, as autoridades austríacas já haviam desencadeado um processo judicial contra Masaad Omer Behari, o qual acabou por ser arquivado em Agosto de 2002, sem que houvesse sido deduzida qualquer acusação;
106. Deplora o facto de poder ter havido, de acordo com as declarações de Masaad Omer Behari à Comissão Temporária, uma cooperação entre as autoridades norte-americanas, austríacas e jordanas no tratamento deste caso;
107. Condena o rapto de Gamal Menshawi, um cidadão egípcio residente na Áustria, que foi

detido no aeroporto de Amã em Fevereiro de 2003, quando se encontrava a caminho de Meca, tendo em seguida sido transferido para o Egipto, onde foi secretamente mantido sob prisão até 2005, sem julgamento e sem quaisquer direitos legais; recorda que, na Áustria, nunca havia sido produzida qualquer alegação contra Gamal Menshawi;

108. Lamenta que, não obstante os factos relatados nos parágrafos anteriores, não tenha sido instaurado, na Áustria, qualquer inquérito especial, ou qualquer inquérito parlamentar, sobre a eventual implicação das autoridades austríacas nestes dois casos; exorta o Parlamento austríaco a promover, com a maior celeridade, os inquéritos que entender adequados;

ESPANHA

109. Congratula-se com a boa cooperação entre o Governo espanhol e a Comissão Temporária e, nomeadamente, com o testemunho prestado a esta Comissão pelo respectivo Ministro dos Negócios Estrangeiros; lamenta, no entanto, que o Governo espanhol tenha acabado por não autorizar o Director dos Serviços de Informação espanhóis a comparecer perante a Comissão Temporária vários meses depois de tal lhe ter sido solicitado;
110. Agradece ao Procurador-Geral Javier Zaragoza e ao Procurador Vicente González Mota da *Audiência Nacional* pelos depoimentos que prestaram à Comissão Temporária e acolhe com agrado os inquéritos que lançaram sobre a utilização de aeroportos espanhóis para o trânsito de aeronaves da CIA no contexto do programa das extradições não judiciais; encoraja ambos os Procuradores a prosseguirem os seus inquéritos sobre as escalas efectuadas pela aeronave implicada na extradição não judicial de Khaled El-Masri;
111. Aplauda o jornalismo de investigação do "Diario de Mallorca", que desempenhou um papel importante na revelação das escalas efectuadas pelos aviões da CIA nos aeroportos das ilhas Baleares e na identificação das tripulações;
112. Recorda a afirmação do Procurador-Geral Zaragoza, que declarou "não ter havido qualquer obstáculo, qualquer objecção ou qualquer problema por parte do Governo espanhol relativamente aos inquéritos da *Audiência Nacional*";
113. Insta as autoridades espanholas a tomarem todas as medidas necessárias para que o cidadão espanhol Mustafa Setmariam Nasarwho, raptado na Síria em Outubro de 2005 e entregue a agentes norte-americanos, tenha direito a um julgamento equitativo pelas autoridades judiciais competentes;
114. Manifesta a sua profunda preocupação pelas 68 escalas de aeronaves operadas pela CIA em aeroportos espanhóis, que, em muitos casos, eram provenientes de – ou dirigiam se a – países ligados ao circuito das extradições não judiciais e da transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos espanhóis de aeronaves, que, segundo se demonstrou, permitiram à CIA, em outras ocasiões, proceder às extradições não judiciais de Ahmed Agiza, Mohammed El-Zari, Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed, Abu Omar e Maher Arar, de acordo com as investigações oficiais em curso em Espanha e em Itália; manifesta ainda a sua particular inquietação pelo facto de, dos voos mencionados, três serem provenientes de, ou terem por destino, Guantánamo; encoraja vivamente os Procuradores espanhóis a aprofundarem as suas investigações sobre estes voos;

PORTUGAL

115. Congratula-se com a reunião efectuada em Lisboa com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e com o facto de o Governo português ter apresentado documentos e explicações; lamenta que as autoridades portuguesas não tenham podido, ou não tenham querido, responder a todas as questões suscitadas pela delegação da Comissão Temporária enviada a Portugal;
116. Solicita às autoridades portuguesas que investiguem o caso de Abdurahman Khadr, alegadamente transportado a bordo do Gulfstream IV N85VM de Guantânamo para Tuzla, na Bósnia-Herzegovina, em 6 de Novembro de 2003, com escala em Santa Maria, nas ilhas dos Açores, em 7 de Novembro de 2003; exorta as autoridades portuguesas a investigarem este caso, bem como o de outras eventuais vítimas transportadas através de território português, com vista a determinar se deve haver lugar a compensações por violação dos Direitos Humanos;
117. Congratula-se com a criação de um grupo de trabalho interministerial, em 26 de Setembro de 2006, e com a entrada em vigor, em 13 de Outubro de 2006, de um regulamento que estipula a obrigatoriedade da entrega às autoridades fronteiriças portuguesas das listas com os nomes dos membros das tripulações e dos passageiros de voos privados;
118. Lamenta que os antigos Ministros da Defesa, Paulo Portas, e do Interior, António Figueiredo Lopes, tenham declinado o convite para um encontro com a delegação da Comissão Temporária;
119. Observa que algumas das 91 escalas efectuadas em Portugal permitiram à CIA e às forças militares dos Estados Unidos proceder às extradições não judiciais de Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed e Abu Omar, bem como às expulsões de Ahmed Agiza e Mohammed El Zari; manifesta ainda a sua particular inquietação pelo facto de, dos voos mencionados, pelo menos três serem provenientes de, ou terem por destino, Guantânamo; assinala que as aeronaves implicadas nas extradições não judiciais de Maher Arar e de Abu Elkassim Britel fizeram escala em Portugal aquando dos voos de regresso;
120. Manifesta a sua profunda preocupação pela lista suplementar que a Comissão Temporária obteve e cuja autenticidade o Governo português não desmentiu, que indica que, para além das 91 escalas efectuadas, aeronaves de vários países com destino a, ou provenientes de, Guantânamo realizaram 17 escalas (incluindo as 3 que constam das listas do Eurocontrol) nos aeroportos portugueses das Lajes e de Santa Maria, entre 11 de Janeiro de 2002 e 24 de Junho de 2006;

IRLANDA

121. Congratula-se com o testemunho prestado à Comissão Temporária pelo ministro irlandês dos Negócios Estrangeiros, em nome do Governo irlandês, bem como com as suas críticas inequívocas ao processo de entregas extraordinárias; regista, contudo, o facto de este não ter sido capaz de responder a todas as perguntas suscitadas pela preocupação relativamente à possibilidade de os aeroportos irlandeses terem sido utilizados por aviões da CIA que se dirigiam para ou regressavam de missões de extradição não judicial (como no caso de Abu Omar);

122. Agradece à Comissão Irlandesa dos Direitos do Homem o depoimento prestado à Comissão Temporária e partilha a sua posição, segundo a qual a aceitação, pelo Governo irlandês, de garantias diplomáticas não satisfaz as obrigações da Irlanda em matéria de direitos humanos, por força das quais o governo é obrigado a impedir de forma activa quaisquer acções que, de algum modo, possam facilitar a tortura ou os maus tratos na Irlanda ou no estrangeiro; lamenta a decisão do Governo irlandês de não acatar as recomendações da Comissão Irlandesa para os Direitos do Homem sobre esta matéria; regista que existe um diálogo permanente entre a Comissão Irlandesa dos Direitos do Homem e o Governo irlandês;
123. Manifesta a sua profunda preocupação com as 147 escalas efectuadas por aeronaves operadas pela CIA em aeroportos irlandeses, que, em muitos casos, provinham de ou se dirigiam para países associados a circuitos de entregas extraordinárias ou de transferência de detidos; lamenta as escalas nos aeroportos irlandeses de aeronaves que, como se veio a constatar, foram utilizadas pela CIA, noutras ocasiões, para proceder à extradição não judicial de Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed, Abu Omar e Maher Arar e à expulsão de Ahmed Agiza e Mohammed El-Zari;
124. Assinala a inexistência de controlo parlamentar na Irlanda quer dos serviços irlandeses de informações de segurança, quer de serviços estrangeiros análogos, e chama a atenção para o risco de daí poderem resultar acções abusivas;
125. Considera que, dada a inexistência de um sistema de buscas aleatórias, a proibição de aterragem na Irlanda deve ser aplicada a todas as aeronaves operadas pela CIA;
126. Exorta o Governo irlandês, face às conclusões da sua Comissão Temporária, a viabilizar a abertura de um inquérito parlamentar sobre a utilização do território irlandês enquanto parte do circuito de entregas da CIA;

GRÉCIA

127. Manifesta a sua profunda preocupação com as 64 escalas efectuadas por aeronaves operadas pela CIA em aeroportos gregos, que, em muitos casos, provinham de ou se dirigiam para países associados a circuitos de entregas extraordinárias ou de transferência de detidos; lamenta as escalas nos aeroportos gregos de aeronaves que, como se veio a constatar, foram utilizadas pela CIA, noutras ocasiões, para proceder à extradição não judicial de Ahmed Agiza, Mohammed El-Zari, Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed e Maher Arar;

CHIPRE

128. Manifesta a sua profunda preocupação com as 57 escalas efectuadas por aeronaves operadas pela CIA em aeroportos cipriotas, que, em muitos casos, provinham de ou se dirigiam para países associados a circuitos de entregas extraordinárias ou de transferência de detidos; lamenta as escalas em Chipre de aeronaves que, como se veio a constatar, foram utilizadas pela CIA, noutras ocasiões, para proceder à extradição não judicial de Ahmed Agiza, Mohammed El-Zari, Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed e Maher Arar;

DINAMARCA

129. Congratula-se com a cooperação das autoridades dinamarquesas, embora lamente que nenhum representante do Governo tenha considerado útil comparecer perante a Comissão Temporária;

BÉLGICA

130. Exorta o Governo belga a divulgar os resultados de todas as investigações que tiveram lugar e lamenta o facto de a Bélgica não ter levado a efeito uma investigação cabal da utilização dos aeroportos belgas e do espaço aéreo belga por aeronaves claramente envolvidas no programa de entregas extraordinárias ou de transporte de detidos;
131. Toma nota das declarações da Presidente do Senado belga, Anne-Marie Lizin, e remete para as conclusões do relatório do Senado belga que lamentam a inexistência de cooperação dos serviços de informações de segurança da Bélgica e das autoridades belgas;

TURQUIA

132. Manifesta a sua profunda preocupação pela omissão das autoridades turcas em alargar a sua protecção diplomática ao cidadão turco Murat Kurnaz e pela ausência de qualquer diligência destinada a obter a sua libertação da prisão de Guantânamo;
133. Lamenta que, ao invés, estas autoridades tenham utilizado a detenção ilegal de um cidadão turco para proceder ao seu interrogatório em Guantânamo;
134. Lamenta o silêncio das autoridades turcas relativamente à utilização do seu território para uma escala do avião que transportou para Guantânamo seis nacionais ou residentes da Bósnia-Herzegovina, de origem argelina, detidos ilegalmente na Bósnia-Herzegovina;

ANTIGA REPÚBLICA JUGOSLAVA DA MACEDÓNIA

135. Sublinha que uma delegação da sua Comissão Temporária foi recebida em Skopje em Abril de 2006 pelo Presidente da República, por membros do Governo e por vários funcionários e agradece-lhes o bom acolhimento da delegação; regista, no entanto, a ausência de um inquérito exaustivo sobre o caso de Khaled El-Masri por parte das autoridades da antiga República Jugoslava da Macedónia;
136. Condena a extradição não judicial do cidadão alemão Khaled El-Masri, levado do posto fronteiriço de Tabanovce na antiga República Jugoslava da Macedónia, em 31 de Dezembro de 2003, detido ilegalmente em Skopje de 31 de Dezembro de 2003 a 23 Janeiro de 2004 e transportado para o Afeganistão em 23-24 de Janeiro de 2004, onde permaneceu detido até Maio de 2004 e foi sujeito a tratos degradantes e desumanos;
137. Insta o Conselho e o seu Alto Representante para a PESC a esclarecerem cabalmente o facto de a Missão de Polícia da UE (PROXIMA) estar integrada no Ministério do Interior da antiga República Jugoslava da Macedónia e envolvida nas actividades do Serviço macedónio de Segurança e Contra-Espionagem (DBK) na época em que Khaled El-Masri foi entregue à CIA; gostaria de saber se é verdade que o Conselho interrogou pessoal da UE que participa na Missão PROXIMA, a fim de avaliar o nível de informações na sua posse relativamente ao caso de Khaled El-Masri; caso se revele apropriado, solicita ao Conselho que informe cabalmente o Parlamento dessa

investigação;

138. Aprova plenamente as conclusões preliminares do Procurador de Munique, Martin Hofmann, segundo as quais nenhum elemento permite rejeitar a versão de Khaled El-Masri sobre os acontecimentos;
139. Lamenta profundamente o facto de as autoridades da antiga República Jugoslava da Macedónia não terem seguido as recomendações efectuadas pela Comissão Temporária no seu relatório intercalar de 6 de Julho de 2006;
140. Assinala, mais uma vez, que se espera que as autoridades da antiga República Jugoslava da Macedónia efectuem inquéritos; exorta o Parlamento recentemente eleito da antiga República Jugoslava da Macedónia a constituir, o mais rapidamente possível, uma comissão de inquérito, a fim de examinar o caso de Khaled El-Masri e colaborar plenamente no inquérito em curso do Parlamento alemão;

BÓSNIA-HERZEGOVINA

141. Congratula-se com o facto de o Governo da Bósnia-Herzegovina ser o único governo europeu que não nega a sua participação na extradição não judicial de quatro cidadãos e de dois residentes da Bósnia-Herzegovina, todos de origem argelina, e sublinha que o Governo da Bósnia-Herzegovina foi o único governo europeu a assumir formalmente a responsabilidade pelos seus actos ilegais; lamenta, contudo, que as medidas tomadas pelo Governo da Bósnia-Herzegovina ainda não tenham permitido chegar à libertação destes seis homens detidos em Guantânamo;
142. Condena a extradição não judicial destes seis homens, que foram sequestrados em Sarajevo em 17 de Janeiro de 2002, entregues a soldados norte-americanos e transportados por avião para Guantânamo, onde ainda se encontram detidos sem julgamento nem garantia jurídicas;
143. Regista o testemunho prestado à Comissão Temporária por Wolfgang Petritsch, antigo Alto Representante da comunidade internacional na Bósnia-Herzegovina, e por Michèle Picard, antiga Presidente da Câmara dos Direitos do Homem da Bósnia-Herzegovina, que declararam que os representantes da comunidade internacional na Bósnia-Herzegovina foram devidamente informados da entrega iminente dos ditos seis homens às forças norte-americanas antes do desenrolar dos acontecimentos; condena, neste contexto, os Estados-Membros pela sua inércia;
144. Lamenta o facto de a comunidade internacional, tal como representada na Bósnia-Herzegovina, ter fechado os olhos quando as decisões do Supremo Tribunal e da Câmara dos Direitos do Homem da Bósnia-Herzegovina, ordenando a libertação dos seis homens, não foram executadas;
145. Sublinha que, segundo informações que a Comissão Temporária recebeu dos advogados dos seis homens, as autoridades da Bósnia-Herzegovina sofreram pressões sem precedentes por parte do Governo norte-americano, que ameaçou encerrar a sua Embaixada, retirar todo o seu pessoal e cortar as relações diplomáticas com a Bósnia-Herzegovina, se o Governo deste país não procedesse à detenção imediata dos seis homens sob a acusação de terrorismo;
146. Assinala que Wolfgang Petritsch confirmou que os Estados Unidos exerceram grande

pressão junto das autoridades da Bósnia-Herzegovina e da comunidade internacional para não interferirem nas entregas, e que o comandante da Força de Estabilização conduzida pela NATO rejeitou, em particular, que as suas actividades fossem postas em causa, na medida em que actuava na qualidade de oficial norte-americano;

OUTROS PAÍSES EUROPEUS

147. Manifesta preocupação com as escalas das aeronaves operadas pela CIA nos aeroportos de outros países europeus e expressa a sua viva apreensão relativamente ao objectivo destes voos provenientes de ou com destino a países ligados a circuitos de entregas extraordinárias e de transporte de detidos; exorta as autoridades destes países europeus a darem início a inquéritos adequados sobre esta questão;

Instalações de detenção secretas

148. Congratula-se com os inquéritos sobre a existência de instalações de detenção secretas na Europa, realizados pela Human Rights Watch, pelo Washington Post e pela American Broadcasting Company News (ABC News);
149. Recorda que, tal como confirmaram à Comissão Temporária, alguns jornalistas do Washington Post e da ABC News foram sujeitos a pressões para que não mencionassem países da Europa Oriental, concretamente a Polónia e a Roménia, onde se suspeitava que existissem instalações de detenção secretas;
150. Sublinha que o conceito de "instalação de detenção secreta" não engloba unicamente as prisões, mas inclui todos os locais onde alguém se encontra detido sem qualquer contacto com o exterior, como apartamentos privados, escritórios de polícia ou quartos de hotel, como foi o caso de Khaled El-Masri em Skopje;
151. Manifesta a sua profunda preocupação pela possibilidade de, em certos casos, as instalações de detenção secretas em países europeus se situarem em bases militares norte-americanas;
152. Requer uma aplicação adequada dos acordos bilaterais, dos acordos sobre o estatuto das forças armadas e dos acordos relativos às bases militares (concluídos entre Estados-Membros e países terceiros), para que o respeito dos direitos humanos constitua objecto de controlo, e solicita que, se necessário, esses acordos sejam revistos e renegociados para o efeito; salienta que, segundo a Comissão de Veneza, o quadro jurídico que rege as bases militares estrangeiras no território dos Estados membros do Conselho da Europa deve permitir a estes últimos exercerem poderes suficientes para cumprirem as suas obrigações em matéria de direitos do Homem;
153. Realça, neste contexto, as alegações relativas à "US Coleman Barracks" em Mannheim, na Alemanha, e exorta as autoridades judiciárias e a comissão de inquérito do "Bundestag" alemão a investigarem o caso;
154. Lamenta que tenha sido possível ocorrer uma ausência de controlo das bases militares norte-americanas por parte dos países anfitriões europeus; recorda, no entanto, que a CEDH estipula que todos os Estados Partes estão vinculados a exercer a respectiva jurisdição sobre a totalidade do seu território, incluindo as bases militares estrangeiras;

155. Recorda que a CEDH estipula igualmente que qualquer detenção deve ser executada legalmente e em conformidade com os procedimentos prescritos pela lei nacional ou internacional;
156. Recorda que a imposição, a execução ou a autorização directa ou indirecta de detenções secretas e ilegais, como instrumentos de que resulte o "desaparecimento" de pessoas, constituem *per se* violações graves dos direitos do Homem, e que o envolvimento activo ou passivo de um país europeu em tais detenções secretas e ilegais torna esse país responsável no quadro da CEDH;

ROMÉNIA

157. Congratula-se com a excelente hospitalidade e a boa cooperação prestadas pelas autoridades romenas à Comissão Temporária, nomeadamente a organização de reuniões com membros do Governo e a criação de uma comissão de inquérito especial do Senado romeno;
158. Regista, no entanto, a relutância das autoridades romenas em investigar cabalmente a existência de instalações de detenção secretas no seu território;
159. Lamenta que o relatório redigido pela comissão de inquérito romena tenha permanecido totalmente confidencial, excepção feita às suas conclusões, incluídas no capítulo 7, que negam categoricamente a possibilidade de existirem instalações de detenção secretas em território romeno; lamenta que a comissão de inquérito romena não tenha ouvido quaisquer testemunhos de jornalistas, ONG ou funcionários dos aeroportos e que ainda não tenha transmitido o relatório à Comissão Temporária, contrariamente ao compromisso que assumiu; lamenta que, tendo em conta estes elementos, as conclusões constantes no relatório da comissão de inquérito romena se afigurem prematuras e superficiais; regista, no entanto, a intenção da comissão de inquérito, expressa pela sua presidente à delegação da Comissão Temporária, de considerar as conclusões como provisórias;
160. Lamenta a ausência de controlo da aeronave Gulfstream, com o número de matrícula N478GS, que teve um acidente em 6 de Dezembro de 2004, quando aterrava em Bucareste; recorda que esta aeronave havia descolado da base aérea de Bagram, no Afeganistão, e que os seus sete passageiros desapareceram na sequência do acidente; salienta, no entanto, a boa cooperação de que deram provas as autoridades romenas ao enviarem o relatório sobre este acidente à Comissão Temporária;
161. Constata com profunda apreensão que as autoridades romenas não abriram um processo oficial de inquérito, como qualquer país democrático deveria ter feito, sobre o caso de um passageiro da aeronave Gulfstream N478GS que tinha em sua posse uma pistola do tipo Beretta 9 mm Parabellum com munições;
162. Manifesta a sua profunda preocupação com as 21 escalas efectuadas por aeronaves operadas pela CIA em aeroportos romenos, que, em muitos casos, provinham de ou se dirigiam para países associados a circuitos de entregas extraordinárias ou de transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos romenos de aeronaves que, como se veio a constatar, foram utilizadas pela CIA, noutras ocasiões, para proceder à extradição não judicial de Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri, Binyam Mohammed e Abu Omar e à expulsão de Ahmed Agiza e Mohammed El-Zari; manifesta particular preocupação pelo facto de dois dos voos atrás

mencionados serem provenientes de ou terem por destino Guantânamo; encoraja vivamente as autoridades romenas a proceder a uma investigação mais exaustiva destes voos;

163. Manifesta a sua profunda preocupação pela possibilidade de as autoridades romenas não terem cumprido o seu dever de controlo das actividades norte-americanas na base militar do aeroporto de Kogalniceanu;
164. Não pode excluir, apenas com base nas declarações das autoridades romenas à delegação da sua Comissão Temporária à Roménia, a possibilidade de os serviços secretos norte-americanos terem operado clandestinamente na Roménia, e verifica que não há provas concludentes que permitam negar qualquer das alegações sobre o funcionamento de uma instalação de detenção secreta em território romeno;

POLÓNIA

165. Lamenta a manifesta falta de cooperação do Governo polaco com a Comissão Temporária, nomeadamente ao receber a sua delegação a um nível inadequado; lamenta profundamente que todos os representantes do Governo e do Parlamento polacos, que haviam sido convidados a encontrar-se com a Comissão Temporária, tenham declinado o convite;
166. Considera que esta atitude reflecte uma rejeição geral, por parte do Governo polaco, da Comissão Temporária e do seu propósito de apreciar as alegações e apurar os factos;
167. Lamenta que não tenha sido criada uma comissão de inquérito especial e que o Parlamento polaco não tenha instaurado um inquérito independente;
168. Recorda que, em 21 de Dezembro de 2005, a Comissão dos Serviços Especiais realizou uma reunião privada com o Ministro responsável pelos Serviços Especiais e os chefes dos dois serviços de informação; sublinha que a reunião se realizou de forma célere e secreta, sem qualquer audição ou testemunho e sem qualquer controlo; sublinha que um inquérito deste tipo não pode ser qualificado como independente e lamenta que a comissão não tenha divulgado qualquer documentação sobre esta questão, à excepção de uma declaração final;
169. Manifesta a sua profunda preocupação com as 11 escalas efectuadas por aeronaves operadas pela CIA em aeroportos polacos, que, em muitos casos, provinham de ou se dirigiam para países associados a circuitos de entregas extraordinárias ou de transferência de detidos; lamenta as escalas em aeroportos polacos de aeronaves que, como se veio a constatar, foram utilizadas pela CIA, noutras ocasiões, para proceder à extradição não judicial de Bisher Al-Rawi, Jamil El-Banna, Abou Elkassim Britel, Khaled El-Masri e Binyam Mohammed e à expulsão de Ahmed Agiza e Mohammed El-Zari;
170. Lamenta, na sequência das audições realizadas pela delegação da Comissão Temporária à Polónia, as declarações contraditórias e a confusão relativamente aos diários de bordo dos voos da CIA, quando foi inicialmente dito que os mesmos não tinham sido guardados e seguidamente afirmado que provavelmente teriam sido arquivados no aeroporto, tendo, por fim, sido declarado que teriam sido enviados pelo Governo polaco ao Conselho da Europa; reconhece que, em Novembro de 2006, a administração do aeroporto de Szymany forneceu à comissão de inquérito informação parcial sobre os

diários de bordo;

171. Agradece ao antigo administrador do aeroporto de Szysmany o seu inestimável testemunho perante a Comissão Temporária de inquérito; assinala que aquele foi interrogado em 2006 no contexto de um inquérito tardio relativo aos voos da CIA, imediatamente depois de o seu testemunho ter sido tornado público;
172. Regista que, segundo diversas fontes, vários prisioneiros considerados importantes, que haviam sido detidos secretamente no Afeganistão em 2003, foram transferidos do país em Setembro e Outubro de 2003; sublinha com preocupação que um Boeing 737 com a matrícula N313P, utilizado pela CIA para determinadas entregas, descolou de Cabul e fez escala no aeroporto de Szymany em 22 de Setembro de 2003, antes de se dirigir para Guantánamo;
173. Recorda que, aquando da aterragem da aeronave atrás mencionada no aeroporto de Szymany, aos sete membros da tripulação se juntaram cinco passageiros e que estes últimos não foram sujeitos a qualquer controlo aduaneiro;
174. Toma nota das declarações efectuadas pelos funcionários do aeroporto de Szymany, nomeadamente pelo seu antigo administrador, segundo as quais:
 - em 2002, dois jactos Gulfstream e, em 2003, quatro jactos Gulfstream, com matrículas civis, foram colocados nos confins da zona aeroportuária e não foram sujeitos a formalidades aduaneiras;
 - foram transmitidas ordens directamente pelos guardas de fronteira regionais sobre a chegada dos ditos aviões, especificando que as autoridades aeroportuárias não se deveriam aproximar das aeronaves e que apenas o pessoal e os serviços militares se deviam ocupar destas aeronaves e levar a bom termo as diligências técnicas após a aterragem;
 - segundo um antigo alto responsável do aeroporto, nenhum membro do pessoal civil ou militar polaco foi autorizado a aproximar-se das aeronaves;
 - as taxas de aterragem, excessivamente elevadas (habitualmente entre 2 000 e 4 000 euros), foram pagas em numerário;
 - um ou dois veículos aguardaram a chegada das aeronaves;
 - os veículos tinham números de matrícula militar começando por "H", associados à base vizinha de formação em serviços secretos de Stare Kiejkuty;
 - num dos casos, esteve envolvida uma viatura de urgência médica, pertencente à academia de polícia ou à base militar;
 - um membro do pessoal do aeroporto declarou que, em certa ocasião, seguiu os veículos e viu-os dirigir-se para o centro de formação em serviços secretos de Stare Kiejkuty;
175. Reconhece que, pouco depois, segundo as declarações do Presidente George W. Bush de 6 de Setembro de 2006, foi publicada uma lista dos 14 detidos transferidos de um centro de detenção secreto para Guantánamo; regista que 7 dos 14 detidos haviam sido mencionados numa reportagem da ABC News, difundida nove meses antes, em 5 de

Dezembro de 2005, e suprimida pouco depois do site Internet da ABC; nesta lista figuravam os nomes de doze dos principais suspeitos da Al-Qaeda detidos na Polónia;

176. Encoraja o Parlamento polaco a criar uma comissão de inquérito adequada, independente do Governo e capaz de conduzir inquéritos sérios e exaustivos;
177. Lamenta que as ONG polacas activas no domínio dos direitos do Homem e os jornalistas de investigação tenham sido confrontados com a falta de cooperação por parte do governo e a recusa em divulgar informações;
178. Considera que, à luz das provas circunstanciais atrás expostas, não é possível concluir que existiram na Polónia centros de detenção secretos;
179. Assinala com preocupação que, segundo a resposta oficial de 10 de Março de 2006 do subsecretário de Estado, Witold Waszykowski, a Terry Davis, foram concluídos acordos secretos de cooperação, assinados pelos próprios serviços secretos dos dois países, que retiram a actividade dos serviços secretos estrangeiros da jurisdição dos órgãos judiciais polacos;

KOSOVO (SEGUNDO A RESOLUÇÃO 1244 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS)

180. Manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de o Comité Europeu para a Prevenção da Tortura e das Penas ou Tratamentos Desumanos ou Degradantes (CPT) só ter tido acesso aos centros de detenção geridos pela NATO no Kosovo em Julho de 2006;
181. Lamenta a recusa da NATO em fornecer provas relativas às alegações de detenção ilegal de suspeitos de terrorismo na prisão gerida pela força de manutenção da paz no Kosovo comandada pela NATO (KFOR) em Camp Bondsteel, a única instalação de detenção na Europa onde só muito recentemente foi autorizado o acesso ilimitado de inspectores do CPT;
182. Sublinha, a este respeito, que o testemunho prestado à Comissão Temporária pelo antigo mediador para o Kosovo, Marek Antoni Nowicki, confirmou que, a partir de Julho de 1999, era frequente o encarceramento de prisioneiros em Camp Bondsteel, dependendo o mesmo unicamente de uma decisão do Comandante da KFOR e não de uma decisão judicial ou de qualquer outra forma de controlo externo; recorda que, entre 2000 e 2001, também foram detidas algumas pessoas na sequência de decisões administrativas do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e que, de acordo com dados oficiais disponíveis, 23 pessoas foram encarceradas em Camp Bondsteel por um breve período de tempo pelo Comandante da KFOR no contexto dos incidentes violentos ocorridos no Kosovo na Primavera de 2004;

Outras informações relevantes coligidas pela Comissão Temporária

183. Assinala que a Comissão Temporária teve acesso a informação - incluindo ao testemunho directo de Murat Kurnaz - relacionada com interrogatórios de detidos na prisão de Guantânamo levados a efeito por agentes de governos de Estados-Membros; chama a atenção para o facto de estes interrogatórios se destinarem a coligir informações junto de pessoas detidas ilegalmente, situação esta flagrantemente contrária à condenação pública de Guantânamo, expressa em diversas ocasiões, tanto a nível da

UE como a nível dos Estados-Membros;

184. Insta os Estados-Membros envolvidos a realizarem uma investigação adequada desta questão;

Recomendações

Recomendações políticas

185. Considera necessário que os países europeus que deram início a inquéritos e investigações a nível governamental, parlamentar e/ou judicial nos domínios que relevam das atribuições da Comissão Temporária realizem os seus trabalhos o mais rapidamente possível e divulguem os resultados das respectivas investigações;
186. Exorta os países europeus que são objecto de alegações graves relativamente à cooperação activa ou passiva com as entregas extraordinárias e que ainda não instauraram qualquer inquérito governamental, parlamentar e/ou judicial, a encetar tais processos o mais rapidamente possível; recorda que, na esteira da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, impende sobre os Estados-Membros uma obrigação positiva de inquirir e punir alegadas violações dos direitos do Homem que infrinjam o preconizado pelo TEDH;
187. Apela ao encerramento de Guantánamo e solicita aos países europeus que enviem diligências imediatas visando o regresso dos seus cidadãos e residentes, detidos ilegalmente pelas autoridades norte-americanas;
188. Considera que todos os países europeus que ainda o não fizeram devem instaurar inquéritos independentes relativamente a todas as escalas de aeronaves civis operadas pela CIA, pelo menos desde 2001, incluindo os casos já analisados pela Comissão Temporária;
189. Espera ser mantido plenamente informado sobre toda e qualquer evolução dos procedimentos atrás mencionados;
190. Solicita aos países europeus que indemnizem as vítimas inocentes de entregas extraordinárias e lhes garantam o acesso a uma efectiva e imediata compensação, incluindo o acesso a programas de reabilitação, a garantia de que o que aconteceu não se repetirá e uma compensação financeira adequada;
191. Solicita à Comissão que proceda a uma avaliação de toda a legislação antiterrorista em vigor nos Estados-Membros e dos acordos formais e informais entre Estados-Membros e serviços de informações de segurança de países terceiros, numa perspectiva dos direitos do Homem, que reveja a legislação nos casos em que os organismos internacionais ou europeus de defesa dos direitos do Homem considerem que poderá estar em causa uma violação destes direitos e que apresente propostas de acção, a fim de evitar a repetição dos acontecimentos que são objecto das atribuições da Comissão Temporária;
192. Considera necessário rever, limitando-as e definindo-as de modo restritivo, as excepções decorrentes do conceito de "segredo de Estado", também no âmbito da revisão iminente

do Regulamento (CE) nº 1049/01, bem como proceder à adopção, pelas instituições da UE, de princípios comuns sobre o tratamento de informações confidenciais, a fim de evitar abusos e desvios que são cada vez mais inaceitáveis em Estados democráticos modernos e contrários às obrigações em matéria de direitos do Homem; entende que é necessário criar mecanismos específicos que permitam o acesso de parlamentos e juizes a informações secretas, bem como a divulgação destas informações após um determinado período;

193. Toma nota da criação recente de um grupo de trabalho de alto nível composto por representantes da Comissão, do Conselho e de representantes governamentais norte-americanos do Ministério da Justiça e da Segurança Interna, o qual constitui o quadro político para o diálogo UE-EUA em matéria de segurança, nomeadamente em relação às diferenças na abordagem do terrorismo, bem como às inquietações suscitadas pela Comissão Temporária; considera necessário que o Parlamento Europeu e o Congresso norte-americano sejam associados a esse grupo de trabalho de alto nível, o qual deverá publicar as suas ordens de trabalho, actas, documentos examinados e decisões tomadas, a fim de garantir e reforçar a sua legitimidade democrática e a sua transparência;
194. Encoraja os países europeus, no âmbito das operações militares que conduzem em países terceiros, a:
- velar por que todos os centros de detenção estabelecidos pelas suas forças militares sejam objecto de uma supervisão civil e judiciária e por que as detenções sem contacto com o exterior não sejam autorizadas;
 - tomar medidas efectivas para impedir qualquer outra autoridade de operar em centros de detenção que não se encontrem sujeitos a uma supervisão política e judiciária ou que permitam detenções sem contacto com o exterior;

Recomendações jurídicas

195. Considera que os poderes das comissões parlamentares temporárias de inquérito devem ser reforçados e que a decisão interinstitucional que rege o exercício do direito de inquérito por parte do Parlamento deve ser consequentemente modificada;
196. Considera que o Parlamento deverá ser implicado de modo adequado sempre que a Comunidade ou a União adoptem medidas que afectam os direitos e liberdades cívicos;
197. Preconiza a instituição de um sistema adequado e estruturado de cooperação entre o Parlamento e os órgãos competentes das Nações Unidas e do Conselho da Europa quando estiverem em causa questões ligadas à segurança interna da União Europeia;
198. Apela ao reforço da cooperação com os Parlamentos nacionais, com vista à partilha de todas as informações relativas à luta contra o terrorismo internacional;
199. Sublinha a importância de uma definição comum do termo "terrorismo"; entende que as Nações Unidas são a organização mais habilitada a definir este conceito;

SERVIÇOS SECRETOS

200. Subscrive plenamente as conclusões do Secretário-Geral do Conselho da Europa, Terry Davis, sobre a ausência de mecanismos de supervisão e controlo judiciário relativamente aos serviços de segurança, tal como foram formuladas no documento "Follow-up to the Secretary General's reports under Article 52 ECHR", e espera que as suas recomendações sejam devidamente tidas em consideração; apela aos Estados-Membros para que garantam um controlo parlamentar eficaz (mediante a criação de comités de supervisão com poderes adequados em matéria de acesso a documentos e informação orçamental) e uma supervisão legal dos respectivos serviços secretos e de informação, bem como das redes oficiais e informais de que são parte integrante;
201. Considera necessário reforçar a Conferência dos Comités de Supervisão dos Serviços de Informação dos Estados-Membros, à qual o Parlamento deverá ser plenamente associado;
202. Considera que todos os países europeus deviam possuir leis nacionais específicas que regulamentem e controlem as actividades dos serviços secretos de países terceiros operadas nos seus territórios nacionais e sancionem os actos ou actividades ilegais, nomeadamente em violação dos direitos do Homem;
203. Considera ser vivamente desejável reforçar a cooperação entre os serviços secretos e de segurança dos Estados-membros, quer numa base multilateral, de preferência num contexto da UE, quer numa base bilateral, desde que seja criado um quadro jurídico que garanta o pleno controlo democrático parlamentar e judicial, bem como o respeito e a protecção dos direitos do Homem em toda e qualquer circunstância;
204. Insta o Conselho e os Estados-Membros a estabelecerem com urgência um sistema de acompanhamento e de controlo democráticos das actividades conjuntas e coordenadas em matéria de informações (*intelligence*) a nível da UE; propõe a atribuição ao Parlamento de um papel importante no âmbito desse sistema de acompanhamento e de controlo;

TRÁFEGO AÉREO

205. Insta veementemente os Estados-Membros a assegurar que o artigo 3º da Convenção de Chicago, que exclui as aeronaves estatais do campo de aplicação da Convenção, seja adequadamente implementado, para que todos os sobrevoos e aterragens de aeronaves militares e/ou de polícia no território de um outro Estado-Membro sejam sujeitos a autorização prévia;
206. Apela aos Estados-Membros para que tomem medidas adequadas para velar por que as autorizações de sobrevoos destinadas aos aparelhos militares e/ou de polícia não sejam concedidas senão sob condição de que sejam acompanhadas de garantias em termos de respeito e do controlo dos direitos do Homem;
207. Considera ser necessário zelar pela aplicação eficaz, quer a nível da UE, quer a nível nacional, da Convenção de Tóquio relativa a infracções e certos actos ocorridos a bordo de aeronaves, por forma a que o exercício das competências seja utilizado para assegurar a observância de toda e qualquer obrigação em virtude de acordo multilateral internacional, nomeadamente relativo à protecção dos direitos do Homem, e, se for caso disso, por forma a que sejam efectuados controlos a bordo;
208. Solicita à Comissão que adopte as medidas legislativas adequadas sobre segurança dos

transportes, nos termos do artigo 71º do TCE, tomando em consideração as recomendações formuladas na presente resolução;

209. Recorda as competências atribuídas à Comunidade no domínio dos transportes, nomeadamente a nível da segurança dos transportes; solicita, por conseguinte, à Comissão que adopte rapidamente medidas para garantir a implementação das recomendações formuladas pelo Secretário-Geral do Conselho da Europa e pelo Parlamento;
210. Convida a Comissão a equacionar a adopção de regras sobre a utilização, o controlo e a gestão do espaço aéreo europeu, sobre a utilização dos aeroportos da UE e sobre a supervisão da aviação aérea não comercial;

CONVENÇÕES E ACORDOS INTERNACIONAIS

211. Convida os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a concluir o mais rapidamente possível a ratificação do acordo de extradição UE-EUA de 2003, bem como a tomar as medidas adequadas para evitar a má interpretação do artigo 12º do acordo, garantindo assim que o seu campo de aplicação não vá para além da extradição formal e não legitime extradições não judiciais;
212. Apela aos países europeus para que apoiem a adopção rápida, pela Assembleia-Geral da ONU, da Convenção Internacional para a Protecção de todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados, adoptada em 29 de Junho de 2006 pela Comissão dos Direitos do Homem da ONU;
213. Considera que, ao zelar por uma interpretação e aplicação adequada da Convenção da ONU contra a Tortura, todos os países europeus devem garantir que a respectiva definição de tortura seja conforme ao artigo 1º da Convenção e que as obrigações relativas à interdição da tortura sejam, além disso, igualmente aplicadas às outras formas de tratamento violento, desumano ou degradante visadas no artigo 16º da Convenção; considera que todos os países europeus deveriam velar por que o artigo 3º da Convenção seja convenientemente aplicado, nomeadamente no que diz respeito às actividades dos respectivos serviços secretos;
214. Declara que, na medida em que a protecção contra a repulsão oferece maiores garantias na CSDH do que na Convenção contra a Tortura, os países europeus devem garantir sempre a protecção permitida pela CSDH; recorda, neste contexto, que o princípio da não repulsão é igualmente reconhecido pelo Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias;
215. Apela a todos os países europeus para que procedam à assinatura e à ratificação do Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura, e para que instituem mecanismos nacionais independentes destinados a controlar os locais de detenção; sublinha a necessidade de velar por que todos os procedimentos no âmbito das diversas convenções internacionais sobre os direitos do Homem sejam compatíveis entre si;
216. Considera que o CPT deveria ter acesso imediato, sem que lhe sejam impostos quaisquer entraves, a qualquer lugar de detenção situado num país europeu, nomeadamente às bases militares estrangeiras, e receber todas as informações adequadas relativamente a esse tipo de detenção; para este fim, qualquer acordo bilateral que limite o acesso do CPT deveria ser objecto de uma revisão;

217. Exorta vivamente todos os países europeus a pautarem-se pelas disposições do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional;
218. Considera que a União Europeia deveria exortar todos países terceiros a tornarem-se parte no Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e à Convenção sobre os Desaparecimentos Forçados;
219. Solicita aos países europeus que estabeleçam normas claras que prevejam a possibilidade de levantamento da imunidade dos Estados quando actos ilegais violem direitos humanos;

Recomendações administrativas (a nível da UE)

220. Considera que todos os serviços internos do Conselho (nomeadamente a Unidade Política e o Centro de Situação Conjunto) e a Comissão (Unidade de Gestão de Crise e de Prevenção de Conflitos no seio da Direcção-Geral "Relações Externas" e os serviços pertinentes da Direcção-Geral "Justiça, Liberdade e Segurança") deveriam ser reforçados no contexto da execução da estratégia de segurança da UE e da estratégia antiterrorista, em cooperação estreita com todos os Estados-Membros, e que esta cooperação recíproca, incluindo com os Estados-Membros, deveria ser claramente regulamentada e a protecção de dados assegurada; considera que o Parlamento deve ser plenamente associado a essa cooperação, através da obtenção de poderes de supervisão análogos aos atribuídos aos comités de supervisão dos parlamentos nacionais, e que o Tribunal de Justiça deveria igualmente dispor de competências nesta matéria; salienta que se deveriam reforçar significativamente as competências da UE no domínio do combate ao terrorismo;

Relações da UE com países terceiros

221. Exorta veementemente a União Europeia a sublinhar, nos seus contactos com países terceiros, que o quadro jurídico adequado que rege o combate internacional contra o terrorismo é o direito penal e o direito internacional dos direitos do Homem;
222. Sublinha a necessidade de um diálogo político com os Estados Unidos, bem como com outros parceiros estratégicos da União Europeia, no domínio da segurança, a fim de lutar eficazmente, e por meios legais, contra o terrorismo;
223. Apela à União Europeia para que recorde que a aplicação cabal da "cláusula democrática" é fundamental nas relações com países terceiros, especialmente com aqueles com os quais concluiu acordos; convida o Egipto, a Jordânia, a Síria e Marrocos a fornecerem esclarecimentos sobre o seu papel no programa de extradições não judiciais;
224. Está persuadido de que é necessário promover, no contexto da ONU, códigos de conduta destinados a todos os serviços de segurança e militares baseados no respeito dos direitos do Homem, do direito humanitário e do controlo político democrático, similares ao Código de Conduta de 1994 relativo aos Aspectos Político-Militares da Segurança da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa;

Conclusões finais

225. Sublinha, tendo em conta os poderes que lhe foram conferidos e o tempo que lhe foi

atribuído, bem como a natureza secreta das acções investigadas, que a sua Comissão Temporária não teve condições para aprofundar todos os casos de abuso e de violações que se inscrevem no seu mandato, pelo que as suas conclusões não são exaustivas;

226. Recorda os princípios e os valores sobre os quais assenta a União Europeia, tal como consagrado no artigo 6º do Tratado da União Europeia, e convida as instituições da UE a assumir as respectivas responsabilidades nos termos do artigo 7º do Tratado da União Europeia e de todas as outras disposições relevantes dos Tratados, e a tomar todas as medidas adequadas à luz das conclusões dos trabalhos da sua Comissão Temporária, dos factos revelados durante a sua investigação, bem como de qualquer outro facto que possa surgir no futuro; espera que o Conselho dê início à realização de audições e mande efectuar, sem demora, uma investigação independente, conforme previsto no artigo 7º, e que, se necessário, imponha sanções aos Estados-Membros no caso de violação grave e persistente do artigo 6º, inclusive quando uma violação dos direitos do Homem tenha sido declarada por uma instância internacional sem que tenham sido tomadas medidas para sanar a violação;
227. Considera que não foi respeitado o princípio de cooperação leal inscrito nos Tratados, o qual obriga os Estados-Membros e as instituições da UE a tomarem medidas para velar pelo respeito das obrigações decorrentes dos Tratados, como o respeito dos direitos do Homem, ou resultantes de acções envidadas pelas instituições da UE, como o apuramento da verdade sobre alegados voos e prisões da CIA, e a facilitarem a realização das tarefas e objectivos cometidos à UE;
228. Recorda que, à luz da jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, um Estado signatário é responsável pela violação material das disposições do TEDH e, portanto, também do artigo 6º do Tratado da União Europeia, não só se a sua responsabilidade directa puder ser estabelecida sem dúvida razoável, mas também se incumpriu a sua obrigação positiva de proceder a uma investigação independente e imparcial sobre alegações razoáveis de violações dessa natureza;
229. Nota que meios de comunicação dignos de fé continuam a divulgar casos de extradições não judiciais, detenções ilegais e torturas sistemáticas envolvendo um elevado número de pessoas, e, considerando que a actual Administração dos Estados Unidos declarou que continuará a recorrer a extradições não judiciais e a locais de detenção secretos, solicita que uma cimeira EU-EUA sobre a luta contra o terrorismo se esforce por pôr termo a essas práticas desumanas e ilegais e reafirme que a cooperação em matéria de luta contra o terrorismo deve ser compatível com a legislação internacional em matéria de direitos do Homem e com as obrigações impostas pelo Tratado relativas à interdição da tortura;
230. Incumbe a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, em cooperação, se necessário, com a Comissão dos Assuntos Externos, nomeadamente a sua Subcomissão dos Direitos do Homem, do acompanhamento político dos trabalhos da Comissão Temporária, e de controlar os desenvolvimentos registados, e, em particular, no caso de nem o Conselho nem a Comissão terem tomado as medidas adequadas, de determinar a eventual existência de risco evidente de violação grave dos princípios e valores sobre os quais a União Europeia assenta, e de lhe recomendar qualquer resolução que considere necessária a este respeito, tendo como base os artigos 6º e 7º do Tratado da União Europeia;
231. Solicita ao Secretário-Geral que publique na Internet e por quaisquer outras vias

adequadas, em cumprimento, pelo menos, das disposições previstas pelo Regulamento 1049/2001, todos os documentos recebidos, produzidos e examinados, bem como as actas dos trabalhos da Comissão Temporária, e convida-o a fazê-lo de forma a assegurar um acompanhamento dos desenvolvimentos nos domínios de competência da Comissão Temporária após a dissolução desta;

0 0

0

232. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Governos e Parlamentos dos Estados-Membros, dos países candidatos e dos países associados, bem como ao Conselho da Europa, à OTAN, às Nações Unidas e ao Governo e às duas Câmaras do Congresso dos Estados Unidos, e de solicitar às instâncias citadas que mantenham o Parlamento informado sobre qualquer eventual desenvolvimento ulterior nos domínios que relevam da competência da Comissão Temporária.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente relatório final é fruto de um ano de trabalho intenso, em que estiveram directamente envolvidos 46 deputados de todos os grupos políticos, apoiados pelos funcionários do secretariado e pelo pessoal dos grupos políticos.

Como confirmação do empenhamento e da complexidade do trabalho desenvolvido, o relator propõe-se recordar alguns números significativos:

- 33 reuniões de comissões (ou seja, mais de 110 horas de reuniões oficiais);
- 10 reuniões da Mesa e com os coordenadores dos grupos políticos;
- 7 delegações oficiais da comissão (ex-República Jugoslava da Macedónia, Estados Unidos, Alemanha, Reino Unido, Roménia, Polónia, Portugal);
- cerca de 200 testemunhas ouvidas em comissão ou por ocasião das missões;
- 19 casos de extradições não judiciais (*extraordinary renditions*) analisados (entre estes impõe-se salientar o testemunho directo de quatro vítimas de extradições não judiciais);
- cerca de 700 alterações apresentadas a ambos os textos da resolução, provisório e final;
- milhares de páginas de documentos recebidos e analisados pela comissão.

O relator recorda que todos os documentos elaborados (relatórios, documentos de trabalho, actas e transcrições das reuniões, relatórios das delegações oficiais, etc.), assim como os documentos recebidos (excepto os de carácter confidencial), serão também colocados à disposição do público.

Todo o trabalho produzido (os factos analisados, os testemunhos recolhidos e os documentos recebidos) é retomado nos nove documentos de trabalho que têm como objectivo demonstrar, aprofundar e completar as conclusões políticas da resolução final. Entre estes documentos de trabalho, o relator pretende debruçar-se sobre os últimos apresentados, por ordem de tempo:

- O documento de trabalho nº 7¹ é dedicado ao aprofundamento dos diferentes casos de extradições não judiciais analisados por esta comissão, através dos dados relativos aos voos CIA utilizados para o transporte dos detidos. As informações sobre estes voos, fornecidas pelo Eurocontrol, constituem uma prova irrefutável das extradições não judiciais. Verifica-se, em particular, um quadro de ilegalidades não casuais nem episódicas: a existência de circuitos de extradições não judiciais que prevêm a utilização habitual dos aeroportos europeus como escala (*stop-over*) ou ponto de paragem (*staging point*) para as missões ilegais dos serviços secretos norte-americanos que visam o sequestro de presumíveis terroristas.

¹ Documento de trabalho nº 7, PE 380.593.

- O documento de trabalho nº 8¹ consiste num estudo analítico das empresas-fantasma (*shell companies*) e das aeronaves de que a CIA se serviu para os 1245 voos de que a nossa comissão conseguiu reconstituir todos os pormenores: as características das aeronaves utilizadas, os aeroportos de proveniência e de chegada, o horário dos voos, as escalas intermédias e, em particular, os chamados locais suspeitos, ou os locais de proveniência ou de origem em que a Comissão Temporária pôde constatar a existência de centros de detenção onde o recurso à tortura demonstrou ser uma prática habitual.
- O documento de trabalho nº 9² diz, finalmente, respeito a um quadro analítico e recapitulativo, país por país, das informações recolhidas pela nossa comissão sobre os casos de extradições não judiciais, sobre os presumíveis centros de detenção clandestina e sobre as funções das autoridades nacionais.

Impõe-se recordar que, por detrás da rigorosa enumeração de episódios, evidências e responsabilidades constantes do relatório, há, sobretudo, histórias de seres humanos, em muitos casos (e só após anos de detenção) reconhecidos como totalmente alheios às acusações contra eles proferidas. Trata-se de seres humanos privados dos seus direitos mais elementares, muitas vezes obrigados a sofrer tratamentos degradantes e humilhantes. É oportuno ter em mente que só conseguimos ocupar-nos destas vítimas de extradições não judiciais - muitas vezes cidadãos ou residentes europeus - porque as suas vicissitudes já eram do domínio público. Receamos que muitos outros tenham sofrido o mesmo destino sem que a História (ou esta comissão) tenham podido tratar do seu caso.

Finalmente, como complemento destas motivações e das conclusões políticas incluídas nos dois relatórios, o relator acrescenta três documentos:

1. Uma recapitulação de todas as actividades empreendidas pela Comissão Temporária TDIP (Anexo 1).
2. A lista de todas as pessoas que testemunharam perante a comissão ou no quadro de uma delegação oficial (Anexo 2).
3. Um documento que retoma, circunstanciadamente, a cooperação oferecida por cada país europeu à nossa comissão (Anexo 3).
4. A lista de todas as pessoas que declinaram o convite para se reunirem com a Comissão Temporária TDIP (Anexo 4).

Em conclusão, é dever do relator recordar que este relatório final, assim como todos os documentos e análises por ele elaborados, são fruto de um complexo trabalho colectivo em que colaboraram muitos colegas deputados (de todos os grupos políticos). Impõe-se fazer uma referência especial aos funcionários do secretariado da comissão e aos colaboradores mais próximos do relator, bem como a todos os outros funcionários do Secretariado-Geral do Parlamento Europeu e dos outros grupos políticos, também eles empenhados no laborioso trabalho dos últimos meses. Para cada um deles vai a nossa gratidão.

¹ Documento de trabalho nº 8, PE 380.984.

² Documento de trabalho nº 9, PE 382.420.

Annex 1:

TDIP Committee events

	DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
	15 December 2005 - Thursday		European Parliament (EP) - Strasbourg (STR)	Plenary sitting 1: Resolution on presumed use of European countries by the CIA for the Transportation and Illegal Detention of Prisoners -TDIP-(P6_TA-PROV(2005)0529
EP PLENARY - Jan. (from 16 to 19)	18 January 2006 - Wednesday	12h00 - 13h00	EP - STR	Plenary sitting 2: Decision setting up a temporary committee on TDIP (P6_TA-PROV(2006)0012
	24 January 2006 - Tuesday	08h30	Council of Europe - Strasbourg	Parliamentary Assembly 1: Meeting of the Committee on Legal Affairs and Human Rights (Point 1 of the Agenda: <i>Alleged secret detentions in Council of Europe member states</i>) and debate in plenary of the Parliamentary Assembly. Follow-up by the TDIP secretariat
	26 January 2006 - Thursday	09h00-10h00	EP - Bruxelles (BXL)	TDIP Committee 1: Constituent meeting (election of chairman, <u>Carlos COELHO</u> and vice-chairmen, <u>Baroness Sarah LUDFORD</u> , <u>Giorgos DIMITRAKOPOULOS</u> , <u>Cem OZDEMIR</u>)
	01 February 2006 - Wednesday	18h45 - 20h00	EP - BXL	Steering group 1: Provisional calendar of meetings and planning of the provisional report up to June 2006; Opening and transparency of proceedings; List of personalities/institutions to be invited; Committee delegations; Background information, specific studies, expertise
	08 February 2006 - Wednesday	18h45 - 20h00	EP - BXL	Steering group 2: Agreement on a working programme to be adopted by the Committee on 13 February 2006
EP PLENARY - Feb (from 13 to 16)	13 February 2006 - Monday	19h00 - 21h00	EP - STR	TDIP Committee 2: <u>Franco FRATTINI</u> , Vice-President of the European Commission; Adoption of the calendar of meetings and of the TDIP working programme until 30 June 2006; presentation by <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur
	14 February 2006 - Tuesday	14h30 - 15h00	EP - STR	Press conference 1: <u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Start of the committee proceedings

DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
23 February 2006 - Thursday	9h00 - 12h00	EP - BXL	TDIP Committee 3: <u>Joanne MARINER</u> , Human Rights Watch; <u>Anne FITZGERALD</u> , Amnesty International; <u>Tony BUNYAN</u> , Statewatch
	15h00 - 18h30		<u>Armando SPATARO</u> , Prosecutor (Milan); <u>Dick MARTY</u> , Council of Europe
	19h30		Working meal 1 (dinner): Hosted by Carlos COELHO, (Bureau and coordinators) with <u>Dick MARTY</u> , Council of Europe
6 March 2006 - Monday	15 h00 - 17h30	EP - BXL	TDIP Committee 4: <u>Generale Nicolò POLLARI</u> , Italian Intelligence and Security Services (in camera); <u>Anne-Marie LIZIN</u> , President of the Senate of Belgium; <u>Jean Claude DELEPIERE</u> , Chairman of the Permanent Committee R
	17h30 - 18h30		Steering group 3: Treatment of confidential information; Organisation of TDIP Committee work
EP PLENARY - March (from 13 to 16)	13 March 2006 - Monday	Council of Europe - Paris	Parliamentary Assembly 2: Meeting of the Committee on Legal Affairs and Human Rights (Point 7 of the Agenda: <i>Alleged secret detentions in Council of Europe member states</i>) with the participation of <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur
		EP - STR	TDIP Committee 5: <u>Khaled EL MASRI</u> (German citizen), alleged victim and his lawyer, <u>Manfred GNJIDIC</u>
21 March 2006 - Tuesday	15h00 - 18h00	EP - BXL	TDIP Committee 6: <u>Stephen GREY</u> , journalist (free lancer); <u>Guido OLIMPIO</u> and <u>Paolo BIONDANI</u> , journalists from <i>Il corriere della sera</i> (IT)
	18h00 - 19h00		Steering group 4: Delegations to FYROM and USA; Programme of future Committee meetings; Organisation of TDIP Committee meetings
23 March 2006 - Thursday	15h00 - 18h00	EP - BXL	TDIP Committee 7: <u>Maher ARAR</u> (Canadian citizen) alleged victim and his lawyers, <u>Lorne WALDMAN</u> and <u>Marlys EDWARDH</u> ; <u>Kjell JÖNSSON</u> , lawyer of Mohammed EL-ZARY (Egyptian citizen) alleged victim

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
EP PLENARY - April (from 3 to 6)	3 April 2006 - Monday	21h00 - 22h15	EP - STR	TDIP Committee 8: Preparation of the draft interim report (2006/2027 (INI))
		22h15 - 22h35		Steering group 5: Delegations to FYROM and USA; Treatment of confidential information ('Eurocontrol')
11 April 2006 - Tuesday		from 8h30	Council of Europe - STR	Parliamentary Assembly 3: Meeting of the Committee on Legal Affairs and Human Rights (Point 4 of the Agenda: <i>Alleged secret detentions in Council of Europe member states</i>) Follow-up by the TDIP secretariat
20 April 2006 - Thursday		9h30 - 12h30	EP - BXL	TDIP Committee 9: <u>Craig MURRAY</u> , former UK ambassador to Uzbekistan; <u>Gijs DE VRIES</u> , EU's Counter-Terrorism Coordinator <u>Matías VALLES</u> , journalist from "Diario de Mallorca"; <u>Edward HORGAN</u> , former UN peacekeeper and Retired Commandant of the Irish Army
		15h00 - 18h30		
24 April 2006 - Monday		13h00	EP - BXL	Working meal 2 (lunch): Hosted by chairman COELHO with Thomas HAMMARBERG, CoE's Human Rights Commissioner
25 April 2006 - Tuesday		15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 10: Examination of the draft interim report; <u>Stephen H. OLESKEY</u> , Counsel for six citizens of Bosnia and Herzegovina imprisoned at Guantanamo Bay; <u>Srdjan DIZDAREVIC</u> , President of the Helsinki Committee for Human Rights in Bosnia and Herzegovina; <u>Michele PICARD</u> , former President of the Human Rights Chamber of Bosnia Herzegovina
26 April 2006 - Wednesday		11h00 - 12h00	EP - BXL	Press conference 2: <u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Presentation of the draft interim report (2006/2027 (INI))
27 April 2006 - Thursday		15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee: (cancelled because of the delegation to Skopje)

DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
27 April 2006 - Thursday (afternoon) / 29 April 2006 - Saturday (morning)	***	Skopje (FYROM)	Delegation TDIP 1: Skopje (FYROM) Sylvia-Yvonne KAUFMANN [acting chair], Giovanni Claudio FAVA, Wolfgang KREISSL-DÖRFLER, Raúl ROMEVA I RUEDA, Ryszard CZARNECKI Erwan FOUÉRE, Head of the European Commission delegation and EU Special Representative; Bancko CRVENKOVSKI, President of the Republic; Radmila SEKERINSKA, Deputy Prime Minister; Slobodan CASULE, Member of the Parliament; Siljan AVRAMOVSKI, Deputy Director of the Security and counter-Intelligence Directorate; Ljubomi MIHAILOVSKI, Minister of Interior; Ljupco JORDANOVSKI, President of the Assembly; Karolina RISTOVA-ASTERUD, President of the Parliament's EU Affairs Committee; Tenta ARIFI, President of the Parliament's Foreign Affairs Committee; Ganka SAMOILOVSKA CVETANOVA, Member of Parliament; Mirjana NAJCEVSKA, President of the Macedonian Helsinki Committee; Esad RAHIC, President of the Parliamentary Committee for Defence and Security; Stojan ANDOV, President of the Human Rights Parliamentary Committee; Zvonimir JANKULOVSKI, Security expert
28 April 2006 - Friday	19h30 - 20h00	Skopje (FYROM)	Press conference 3: Sylvia-Yvonne KAUFMANN, acting chairwoman and Giovanni Claudio FAVA, rapporteur: Outcome of the delegation to FYROM
02 May 2006 - Tuesday	14h30	EP - BXL	Informal meeting between Javier SOLANA and the Steering group
	15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 11: Javier SOLANA, EU High Representative for the CFSP; Alvaro GIL-ROBLES, Council of Europe's former Human Rights Commissioner
04 May 2006 - Thursday	9h30 - 12h30	EP - BXL	TDIP Committee 12: Exchange of views on the draft interim report (2006/2027 (INI)); Manfred NOWAK, United Nations Special Rapporteur on Torture Mats MELIN, Swedish Chief Parliamentary Ombudsman
	15h00 - 18h30		
	12h30 - 13h15	EP - BXL	Press conference 4: Sylvia-Yvonne KAUFMANN, acting chairwoman and Giovanni Claudio FAVA, rapporteur: Outcome of the delegation to FYROM

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
08 May 2006 - Monday (evening) / 12 May 2006 - Friday (morning)		***	Washington (USA)	<p>Delegation TDIP 2: Washington (USA) Carlos COELHO, Baroness Sarah LUDFORD, Cem ÖZDEMIR, Giovanni Claudio FAVA, Jas GAWRONSKI, Jose-Ingnacio SALAFRANCA SÁNCHEZ-NEYRA, Wolfgang KREISSL-DÖRFLER, Giulietto CHIESA, Jean LAMBERT, Giusto CATANIA, Konrad SZYMANSKI, Miroslaw PIOTROWSKI, Roger HELMER)</p> <p><u>John BRUTON</u>, Head of the European Commission Delegation; <u>Scott HORTON</u>, Chair of the committee on International Law; <u>Margaret L. SATTERTHWAITE</u>, Assistant Professor of Clinical Law and Faculty Director; <u>Barbara OLSHANSKY</u>, Director and Counsel (Guantanamo Global Justice Initiative); <u>Elisa MASSIMINO</u>, Director of the Washington, D.C. Office (Human Rights First); <u>Angela COLAIUTA</u>, Center for Victims of Torture, <u>John BRADSHAW</u>, Open Society Policy Center, <u>Smita BARUAH</u>, Physicians for Human Rights, <u>Jumana MUSA</u>, Advocacy Director for Domestic Human Rights and International Justice; <u>Jonathan SIFTON</u>, Counterterrorism Researcher, <u>Jennifer DASKAL</u>, US Advocacy Director; Representative <u>Robert WEXLER</u> (D-Florida); <u>Dan FRIED</u>, Assistant Secretary of State, <u>John BELLINGER</u>, Department of State's Legal Adviser; <u>Steven M. WATT</u>, Staff Attorney <u>Ann BEESON</u>, Associate Legal Director, <u>Chris ANDERS</u>, Legislative Counsel; Senator <u>Arlen SPECTER</u> (R) Pennsylvania; Senator <u>Richard DURBIN</u> (D) Illinois; Congressman <u>Ed MARKEY</u> (D) Massachusetts; <u>James WOOLSEY</u> (Former CIA Director 1993-1995); <u>David RIVKIN</u>, <u>Olivier GUITTA</u> and <u>Sally McNAMARA</u> from the American Legislative Exchange Council; <u>Morton H. HALPERIN</u>, <u>Lawrence J. KORB</u>, <u>Peter RUNDLE</u> and <u>Ken GUDE</u> from the Center for American Progress; <u>Eva NOWOTNY</u>, Austrian Ambassador to the USA representing the EU Council's Presidency</p>
11 May 2006 - Thursday		17h30 - 18h15	Commission Delegation Washington (USA)	<p>Press conference 5: <u>Carlos COELHO</u>, chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u>, rapporteur: Outcome of the delegation to USA</p>
EP PLENARY - May (from 15 to 18)	15 May 2006 - Monday	21h00 - 22h30	EP - STR	<p>TDIP Committee 13: Exchange of views on the Research Note on the international law concerning the prohibition of torture presented by a representative of the Legal Service of the EP; Report on the TDIP committee delegation to USA (Washington, 8 to 12 May 2006)</p>
	16 May 2006 - Tuesday	12h00		<p>Deadline for <u>submission of the amendments</u> to the draft interim report (Committee's Secretariat)</p>

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
	17 May 2006 - Wednesday	11h00 - 11h30		Press conference 6: <u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Outcome of the delegation to USA
	30 May 2006 - Tuesday	15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 14: Exchange of views on the study of the EU Network of Independent Expertise with Olivier DE SCHUTTER; Exchange of views on the amendments to the draft interim report (2006/2027 (INI));
	01 June 2006 - Thursday		EP - BXL	TDIP Committee: (cancelled by a committee decision)
	07 June 2006 - Wednesday	from 09h00	Council of Europe - Paris	Parliamentary Assembly 4: Meeting of the Committee on Legal Affairs and Human Rights (Point 3 of the Agenda: <i>Alleged secret detentions in Council of Europe member states: Consideration of a draft report and vote on a draft resolution and a draft recommendation</i>)
EP PLENARY - June (from 12 to 15)	12 June 2006 - Monday	19h00 - 20h30	EP - STR	TDIP Committee 15 Vote of motion for a interim resolution (2006/2027 (INI)) midway through the TDIP work
	13 June 2006 - Tuesday	15h00-15h30		Press conference 7: <u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Outcome of the vote on the interim resolution in the Committee
21 June 2006 - Wednesday	15h00	EP - BXL	Meeting with rapporteur 1: Brian JOHNSON-THOMAS, expert on arms trade	
	18h45 - 20h15		Steering group 6: Informal exchange of views on eventual programme of work for the second semester of the year	
27 June 2006 - Tuesday	from 10h00	Council of Europe - Paris	Parliamentary Assembly 5: Plenary of the Parliamentary Assembly, 3rd part of 2006 Ordinary Session (Point 2 of the Agenda: <i>Alleged secret detentions in Council of Europe member states; Statement by <u>Franco FRATTINI</u>, Vice-President of the European Commission; Statement by <u>Giovanni Claudio FAVA</u>, rapporteur; vote on Legal Affairs and Human Rights Committee's report</i>)	

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT	
EP PLENARY - July (from 3 to 6)	03 July 2006 - Monday	21h00 - 22h30	EP - STR	TDIP Committee 16:	Exchange of views with <u>Dick MARTY</u> , Council of Europe
	05/06 July 2006	13h15 - 13h45		Plenary sitting 3:	Debate(5 July) and vote(6 July) of the resolution (2006/2027 (INI)) midway through TDIP work
				Press conference 8:	<u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Outcome of the vote on the resolution just adopted in Plenary (6 July)
10 July 2006 - Monday		15h00 - 18h00	EP - BXL	TDIP Committee 17:	Working programme for the second half of the year; Munich prosecutor <u>Martin HOFMANN</u> (Germany) in charge of the El-Masri case
		18h00 - 18h30		Steering group 7:	Delegations to Germany, United Kingdom, Romania and Poland
PLENARY - September I (from 4 to 7)	4 September 2006 - Monday	21h00 - 22h30	EP - STR	TDIP Committee 18:	<u>Carlo BONINI</u> , journalist from La Repubblica (IT)
14 September 2006 - Thursday		09h00 - 12h30	EP - BXL	TDIP Committee 19:	<u>Bernhard DOCKE</u> , Partner of Dr. Hannover and Partner Bremen, Lawyer of Murat KURNAZ; <u>Gül PINAR</u> , Lawyer of Mohammed ZAMMARS's family; <u>Francesca LONGHI</u> , Lawyer of Abou ELKASSIM BRITEL, Italian citizen
		14h00 - 15h00		Steering group 8:	State of play of TDIP Committee working programme (hearings and delegations); Preparation of TDIP Committee final recommendations
		15h00 - 18h30		TDIP Committee 19:	<u>Marek Antoni NOWICKI</u> , Former Kosovo Ombudsman (2000 - 2005); <u>Miguel Angel MORATINOS</u> , Minister for Foreign Affairs of Spain

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
19 September 2006 - Tuesday		***	Berlin (Germany)	<p>Delegation TDIP 3: Berlin (GERMANY) Carlos COELHO, (chairman), Giovanni Claudio FAVA, Jas GAWRONSKI, Wolfgang KREISSL-DÖRFLER, Alexander ALVARO, Cem ÖZDEMIR, Sylvia Yvonne KAUFMANN</p> <p><u>Hans-Martin TILLACK</u>, Stern Magazine; <u>Ferdinand MUGGENTHALER</u> and <u>Susanne BAUMANN</u>, Amnesty International; Members of the Bundestag's Inquiry Committee: <u>GROHE Hermann</u>, <u>HARTMANN Michael</u>, <u>HUBINGER Anette</u>, <u>JUNG Johannes</u>, <u>KASTER Bernhard</u>, <u>KAUDER Siegfried Kauder</u>, <u>KOHLER Kristina</u>, <u>KONIGSHAUS Hellmut</u>, <u>MAYER Stephan</u>, <u>MOGG Ursula</u>, <u>NACHTWEI Winfried</u>, <u>NESKOVIC Wolfgang</u>, <u>OPPERMANN Thomas</u>, <u>PAU Petra</u>, <u>STADLER Max</u> and <u>STRÖBELE Hans-Christian</u></p>
20 September 2006 - Wednesday		12h00	EP - BXL	<p>Meeting with rapporteur 2: <u>Francis GAINCHE</u>, Adviser to the Director of the Central Flow Management (EUROCONTROL)</p>
EP PLENARY - September II (from 25 to 28)	25 September 2006 - Monday	21h00 - 22h30	EP - STR	<p>TDIP Committee 20: <u>Hans BORN</u>, Senior fellow, Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF)</p>
02 October 2006 - Monday		16h15 - 17h00	EP - BXL	<p>TDIP Committee 21: Exchange of views on the delegation to Berlin; Projection of the film "CIA: Guerre secrete en Europe"</p>
		17h00 - 18h30		<p>Steering group 9: Treatment of confidential information; State of play of TDIP Committee working programme (hearings and delegations)</p>
03 October 2006 - Tuesday		09h00 - 12h30		<p>TDIP Committee 21: <u>Victor AGUADO</u>, Director General of the European Organisation for the Safety of Air Navigation (EUROCONTROL); <u>Martin SCHEININ</u>, United Nations Special Rapporteur for promotion and protection of Human rights while countering terrorism</p>

DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
04 October 2006-Wednesday (morning) 06 October 2006 - Friday (evening)	***	London (United Kingdom)	<p>Delegation TDIP 4: London (UNITED KINGDOM) Sarah LUDFORD, [acting chair], Giovanni Claudio FAVA, Jas GAWRONSKI, Wolfgang KREISSL-DÖRFLER, , Jean LAMBERT, Giusto CATANIA, Miroslaw PIOTROWSKI</p> <p><u>Wahab El-Rawi</u>, brother of Bisher al-Rawi; <u>Clive Stafford Smith</u>, lawyer for Bisher al-Rawi, Jamil El-Banna and Binyam Mohamed; <u>Gareth Peirce</u>, lawyer for Bisher al-Rawi and Jamil El-Banna; <u>Brent Mickum</u>, US lawyer of Bisher al Rawi and Jamil El-Banna; <u>Rt Hon Michael Ancram MP</u>, Member of the Intelligence and Security Committee; <u>Martin Mubanga</u>; <u>Louise Christian</u>, lawyer of Martin Mubanga; <u>Eric Metcalfe</u>, representative from Justice; <u>Gareth Crossman</u>, representative from Liberty; <u>Anne Fitzgerald</u>, representative from Amnesty International; Ian Cobain and Richard Norton-Taylor, journalists from "The Guardian"; Stephen GREY, free-lance journalist; <u>Mike Gapes MP</u>, Chairman of the Foreign Affairs Committee (House of Commons); <u>Rt Hon Geoff Hoon MP</u>, Minister for Europe, Foreign and Commonwealth Office; <u>Andrew Tyrie MP</u>, Chairman of the All-Party Parliamentary Group on extraordinary rendition, comprising members of the House of Commons and House of Lords</p>
06 October 2006 - Friday	11h00 - 12h00	Commission Delegation London (United Kingdom)	<p>Press conference 9: <u>Sarah LUDFORD</u>, acting chair and <u>Giovanni Claudio FAVA</u>, rapporteur: Outcome of the delegation to London</p>
09 October 2006 - Monday	15h00 - 18h30	EP - BXL	<p><u>Armando SPATARO</u>, Prosecutor (Milano)</p>
10 October 2006 - Tuesday	09h00 - 12h30		<p>TDIP Committee 22: <u>Otmar LAHODINSKY</u>, Journalist and European editor of Austria's weekly magazine "Profil"; <u>Masaad Omer BEHARI</u>, Alleged victim of Sudanese origin, living in Vienna</p>

DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
<p>17 October 2006 - Tuesday (morning) 19 October 2006 - Thursday (evening)</p>	<p>***</p>	<p>Bucharest (Romania)</p>	<p>Delegation TDIP 5: Bucharest (ROMANIA) Carlos COELHO, (chairman), Giovanni Claudio FAVA, Sarah LUDFORD, Cem OZDEMIR, Frieda BREPOELS, Ana GOMES, Willy MEYER, Ryszard CZARNECKI</p> <p>Tapio SAARELA, Finnish Ambassador representing the EU Council's Presidency; Jonathan SCHEELE, Head of the European Commission delegation; Adrian Cosmin VIERITA, Secretary of State for EU affairs, Ministry for Foreign Affairs; Norica NICOLAI, Senator, Chairwoman of the Special Inquiry Committee of the Romanian Senate; Teodor MELESCANU, Vice-president of the Romanian Senate; Radu STROE, Chairman of the Parliamentary Committee for the Oversight of the Romanian Intelligence Services; Romeo RAICU, Chairman of the Romanian Foreign Intelligence Service Oversight Parliamentary Committee; Renate WEBER, Chair of the Open Society Foundation; Diana-Olivia CALINESCU, Executive Director APADOR -CH (Romanian Helsinki Committee); Calin COSMACIUC, Journalist, Evenimentul Zilei; Dan VULCAN, Former chief inspector, Department of Civil Aviation, Ministry of Transport; Catalin RADU, Chief inspector, Department of Civil Aviation, Ministry of Transport; Sergiu Tudor MEDAR, National Security Adviser, Presidential Administration; Anghel ANDREESCU, Secretary of State for public order and security; George MAIOR, Head of the Romanian Intelligence Service; Radu TIMOFTE, Former Head of the Romanian Intelligence Service; Maria IONESCU, Editor in chief at "Observator de Constanta" newspaper; Cristian RADU and Stefan CANDEA, Romanian Centre for Investigative Journalism; Alison MUTLER, Associated Press Writer; Mihaela DANGA, Deputy Director at the Centre for Independent Journalism; Ioan TALPES, Senator, Member of the Committee for National Security and Defence; Gheorghe FULGA, Former Head of the Romanian External Intelligence Services</p>
<p>19 October 2006 - Thursday</p>	<p>11h23 - 12h00</p>	<p>Commission Delegation Bucharest (Romania)</p>	<p>Press conference 10: <u>Carlos COELHO</u>, chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u>, rapporteur: Outcome of the delegation to Bucharest</p>

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
EP PLENARY - October (from 23 to 26)	23 October 2006 - Monday	19h00 - 19h30	EP - STR	TDIP Committee 23: Exchange of views on the delegation to Romania (Bucharest)
		19h30 - 20h30		Steering group 10: Treatment of confidential information; State of play of TDIP Committee working programme (hearings and delegations)
08 November 2006 - Tuesday (morning) 10 November 2006 - Thursday (evening)		***	Warsaw (Poland)	Delegation TDIP 6: Warszawa (POLAND) Carlos COELHO, (chairman), Giovanni Claudio FAVA, Jas GAWRONSKI, Giulietto CHIESA, Sophia IN'T VELD, Cem OZDEMIR, Giusto CATANIA, Konrad SZYMANSKI, Bogusław ROGALSKI, Ryszard CZARNECKI <u>Jarosław GIZIŃSKI</u> , Journalist, Newsweek Polska; <u>Paweł WRONSKI</u> , Journalist, Gazeta Wyborcza; <u>Marek Antoni NOWICKI</u> , President, Helsinki Foundation for Human Rights; <u>Marek PASIONEK</u> , Undersecretary of State in the Chancellery of the Prime Minister; <u>Adam KRZYKOWSKI</u> , Journalist, Public TV Olsztyn; <u>Jarosław JURCZENKO</u> , Chairman of the Board, Szczytno/Szymany Airport; <u>Marek KSIAŻEK</u> , Journalist from the region of Szczytno (free lance); <u>Zbigniew SIEMIATKOWSKI</u> , former Head of the Foreign Intelligence Agency (AW) (2002 - 2004); <u>Jerzy KOS</u> , former Chairman of the Board, Szczytno/Szymany Airport.
10 November 2006 - Friday		13h30 - 14h00	Commission Delegation Warsaw (Poland)	Press conference 11: <u>Carlos COELHO</u> , chairman and <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: Outcome of the delegation to Warsaw
EP PLENARY - November (from 13 to 16)	13 November 2006 - Monday	19h00 - 20h30	EP - STR	TDIP Committee 24: <u>Terry DAVIS</u> , Council of Europe's Secretary General
20 November 2006 - Monday		15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 25: <u>Wolfgang PETRITSCH</u> , former United Nations High Representative in Bosnia and Herzegovina; <u>Javier ZARAGOZA</u> and <u>Vicente GONZALEZ MOTA</u> , Spanish prosecutors

DATE	TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT
22 November 2006 - Wednesday	09h00 - 12h30	EP - BXL	TDIP Committee 26: <u>Murat KURNAZ</u> , victim; <u>Bernhard DOCKE</u> , Partner of Dr. Hannover and Partner Bremen, Lawyer of Murat KURNAZ
23 November 2006 - Thursday	15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 27: <u>Mariola PRZEWŁOCKA</u> , Former director of Szczytno/Szymany Airport (Poland)
28 November 2006 - Tuesday	15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 28: <u>Maurice MANNING</u> , president of the Irish Human Rights Commission and <u>Suzanne EGAN</u> , Commissioner of the Irish Human Rights Commission; presentation of the final report by <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur
28 November 2006 - Tuesday	18h30 - 20h00	EP - BXL	Steering group 10: TDIP Temporary Committee delegation to Lisbon, 6 December 2006
29 November 2006 - Wednesday	15h30 - 16h00	EP - BXL	Press conference 12: <u>Giovanni Claudio FAVA</u> , rapporteur: presentation of draft final report
30 November 2006 - Thursday	15h00 - 18h30	EP - BXL	TDIP Committee 29: <u>Dermot AHERN</u> , Irish Minister for Foreign Affairs; <u>Gerald STABEROCK</u> , International Commission of Jurists
06 December 2006 - Wednesday	****	Lisbon (Portugal)	Delegation TDIP 7: Lisbon (PORTUGAL) Carlos COELHO, (chairman), Sarah LUDFORD, Frieda BREPOELS, Wolfgang KREISSL-DÖRFLER, Raúl ROMEVA, Ana Maria GOMES <u>Luis AMADO</u> , Minister for Foreign Affairs, <u>Micael PEREIRA</u> and <u>Ricardo LOURENÇO</u> , journalists from "Expresso", <u>Maria Helena FALEIRO DE ALMEIDA</u> , Director of Economic Regulation of Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC), <u>Fernando CARVALHO</u> , Administrator of Navegação Aérea de Portugal (NAV), <u>Manuel JARMELA PALOS</u> , Director of Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), <u>heads of political groups</u> .

DATE		TIME	INSTITUTION-PLACE	SUBJECT	
EP PLENARY - December (from 11 to 14)	12 December 2006 - Tuesday	13h00 - 22h00	Mannheim (Germany)	Fact finding mission 1: Cem OZDEMIR, Vice- President	<u>Wolf-Dieter DIETRICH</u> , prosecutor; <u>Peter WRIGHT</u> , peace activist; Mr. <u>RÄBOCK</u> and Mr. <u>SCHINDLER</u> , witnesses (Coleman BARRACKS)
	14 December 2006 - Thursday	10h00 - 11h00	EP - STR	TDIP Committee 30:	Exchange of views on the draft final report
18 December 2006 - Monday		12h00	EP - BXL		Deadline for submission of the amendments to the draft final report (Committee's Secretariat)
		15h00 - 18h30		TDIP Committee 31:	Exchange of views on the delegation to Lisbon (Portugal); Exchange of views on the draft final report (continuation from the previous meeting)
19 December 2006 - Tuesday		09h00 - 12h30		<u>Franco FRATTINI</u> , Vice-President of the European Commission	
EP PLENARY - January (15 to 18)	15 January 2007 - Monday	19h00 - 20h30	EP - STR	TDIP Committee 32:	Exchange of views on the amendments to the draft final report
23 January 2007 - Tuesday		09h00 - 12h30	EP - BXL	TDIP Committee 33:	Vote of the motion for a resolution (2006/2200 (INI))
		14h30 - 15h00	EP - BXL	Press conference 13:	<u>Carlos COELHO</u> , chairman and Giovanni <u>Claudio FAVA</u> , rapporteur: Outcome of the vote on the motion for a resolution as adopted by TDIP Committee
EP PLENARY - February (12 to 15)	13 February 2007 - Tuesday	15h00 - 17h30	EP - STR	Plenary sitting 4:	Debate on the resolution on the outcome of TDIP work
	15 February 2007 - Wednesday	Midday		Plenary sitting 5:	Vote of the resolution
		After vote		Press conference 14:	Outcome of the vote on the resolution concluding TDIP work in Plenary

Annex 2:

Meetings in the Framework of the Committee's Work

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
EU Institutions						
1	FRATTINI Franco	Vice-President	European Commission	19 December 2006	Brussels	Hearing
				13 February 2006	Strasbourg	
2	BRUTON John	Head of the European Commission delegation	European Commission	08 May 2006	Washington	Delegation
3	SCHEELE Jonathan	Head of the European Commission delegation	European Commission	17 October 2006	Bucharest	Delegation
4	FOUÉRÉ Erwan	Head of the European Commission delegation and EU Special Representative	FYROM	27 April 2006	Skopje	Delegation
5	SOLANA Javier	EU High Representative for the CFSP	Council of the European Union	02 May 2006	Brussels	Hearing
6	DE VRJIES Gijs	EU's Counter-terrorism Coordinator	Council of the European Union	20 April 2006	Brussels	Hearing
7	SAARELA Tapio	Finnish Ambassador to Romania representing the EU Council's Presidency	European Union Council's Presidency	17 October 2006	Bucharest	Delegation
8	NOWOTNY Eva	Austrian Ambassador to the USA representing the EU Council's Presidency	European Union Council's Presidency	08 May 2006	Washington	Delegation
Governments						
1	AVRAMOVSKI Siljan	Deputy Director of the Security and Counter-Intelligence Directorate	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Governments						
2	CRVENKOVSKI Branko	President of the Republic	FYROM	27 April 2006	Skopje	Delegation
3	MIHAILOVSKI Ljubomir	Minister of Interior	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
4	SEKERINSKA Radmila	Deputy Prime Minister	FYROM	27 April 2006	Skopje	Delegation
5	AHERN Dermot	Minister for Foreign Affairs	Ireland	30 November 2006	Brussels	Hearing
6	POLLARI Nicolò	Head of the Italian Intelligence and Security Services	Italy	06 March 2006	Brussels	Hearing
7	PASIONEK Marek	Undersecretary of State at the Chancellery of the Prime Minister	Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
8	SIEMIĄTKOWSKI Zbigniew	Former Head of the Foreign Intelligence Agency (AW)	Poland	10 November 2006	Warsaw	Delegation
9	AMADO Luis	Minister for Foreign Affairs	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
10	CARVALHO Fernando	Administrator of Navegação Aérea de Portugal (NAV)	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
11	FALEIRO DE ALMEIDA Maria Helena	Director of Economic Regulation of Instituto Nacional de Aviação Civil (INAC)	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
12	JARMELA PALOS Manuel	Director of Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
13	ANDREESCU Anghel	Secretary of State for public order and security	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
14	FULGA Gheorghe	Former Head of the Romanian External Intelligence Service	Romania	19 October 2006	Bucharest	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Governments						
15	MAIOR George	Head of the Romanian Internal Intelligence Service	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
16	MEDAR Sergiu Tudor	National Security Adviser, Presidential Administration	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
17	RADU Catalin	Chief Inspector, Department of Civil Aviation, Ministry of Transport	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
18	ROMERO	Deputy Director of the Romanian Internal Intelligence Service	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
19	TIMOFTE Radu	Former Head of the Romanian Internal Intelligence Service	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
20	VIERITA Adrian Cosmin	Secretary of State for EU affairs, Ministry for Foreign Affairs	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
21	VULCAN Dan	Former Chief Inspector, Department of Civil Aviation, Ministry of Transport	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
22	MORATINOS Miguel Angel	Minister for Foreign Affairs	Spain	14 September 2006	Brussels	Hearing
23	HOON Geoff	Minister for Europe, Foreign and Commonwealth Office	United Kingdom	05 October 2006	London	Delegation
24	BELLINGER John	Department of State Legal Adviser Office	USA	11 May 2006	Washington	Delegation
25	FRIED Dan	Assistant Secretary of State, Bureau of European and Eurasian Affairs	USA	11 May 2006	Washington	Delegation
26	WOOLSEY James	Former CIA Director	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
National Parliaments						
1	DELEPIÈRE Jean-Claude	Chairman of the Permanent Committee R	Belgium	06 March 2006	Brussels	Hearing

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
National Parliaments						
2	LIZIN Anne-Marie	President of the Senate of Belgium	Belgium	06 March 2006	Brussels	Hearing
3	ANDOV Stojan	President of the Human Rights Parliamentary Committee	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
4	ARIFI Teuta	President of the Foreign Affairs Committee	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
5	CASULE Slobodan	Member of Parliament (Former Minister of Foreign Affairs)	FYROM	27 April 2006	Skopje	Delegation
6	JORDANOVSKI Ljupco	President of the Parliament	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
7	RAHIC Esad	President of the Parliamentary Committee for Defence and Security	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
8	RISTOVA-ASTERUD Karolina	President of the Parliament's EU Affairs Committee	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
9	SAMOILOVSKA CVETANOVA Ganka	Member of the Parliament's EU Affairs and Foreign Affairs Committees	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
10	GROHE Hermann	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
11	HARTMANN Michael	Vice-Chairman, 1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
12	HUBINGER Anette	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
13	JUNG Johannes	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
14	KASTER Bernhard	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
15	KAUDER Siegfried Kauder	Chairman, 1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
National Parliaments						
16	KOHLER Kristina	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
17	KONIGSHAUS Hellmut	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
18	MAYER Stephan	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
19	MOGG Ursula	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
20	NACHTWEI Winfried	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
21	NESKOVIC Wolfgang	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
22	OPPERMANN Thomas	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
23	PAU Petra	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
24	STADLER Max	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
25	STRÖBELE Hans-Christian	1st Committee of Inquiry of the German Bundestag	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
26	MELESCANU Teodor	Vice president of the Romanian Senate and Member of the Special Inquiry Committee	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
27	NICOLAI Norica	Senator, Chairwoman of the Special Committee of the Romanian Parliament	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
28	RAICU Romeo	Chairman of the Romanian Foreign Intelligence Service Oversight Parliamentary Committee	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
29	STROE Radu	Chairman of the Parliamentary Committee for the Oversight of the Romanian Intelligence Services	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
National Parliaments						
30	TALPES Ioan	Senator, Member of the Committee for National Security and Defence	Romania	19 October 2006	Bucharest	Delegation
31	MELIN Mats	Chief Parliamentary Ombudsman	Sweden	04 May 2006	Brussels	Hearing
32	ANCRAM Hon Michael	MP, Member of the Intelligence and Security Committee	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
33	GAPES Mike	Chairman of the Foreign Affairs Committee	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
34	TYRIE Andrew	MP, Chairman of the All-Party Parliamentary Group on extraordinary rendition	United Kingdom	05 October 2006	London	Delegation
35	DURBIN Richard	Senator	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
36	HORTON Scott	Chair of the Committee on International Law, House of Representatives	USA	09 May 2006	Washington	Delegation
37	MARKEY Edward	Member of House of Representatives	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
38	SPECTER Arlen	Senator	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
39	WEXLER Robert	Member of House of Representatives	USA	10 May 2006	Washington	Delegation
Judiciary						
1	HOFMANN Martin	Prosecutor, Munich	Germany	10 July 2006	Brussels	Hearing
2	DIETRICH Wolf-Dieter	Prosecutor, Mannheim	Germany	12 December 2006	Mannheim	Fact finding mission
3	SPATARO Armando	Senior Prosecutor, Milan	Italy	23 February 2006	Brussels	Hearing
				09 October 2006		
4	GONZALEZ MOTA Vicente	Prosecutor of Audencia Nacional	Spain	20 November 2006	Brussels	Hearing

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Judiciary						
5	ZARAGOZA Javier	Chief Prosecutor of Audiencia Nacional	Spain	20 November 2006	Brussels	Hearing
Council of Europe						
1	DAVIS Terry	Secretary General	Council of Europe	13 October 2006	Strasbourg	Hearing
2	GIL-ROBLES Alvaro	Former Commissioner for Human Rights	Council of Europe	02 May 2006	Brussels	Hearing
3	HAMMARBERG Thomas	Commissioner for Human Rights	Council of Europe	24 April 2006	Brussels	Working lunch
4	MARTY Dick	Chairman of Legal Affairs and Human Rights Committee/ Rapporteur on alleged secret detentions of the Parliamentary Assembly	Council of Europe (Parliamentary Assembly)	23 February 2006	Brussels	Hearing
				03 July 2006	Strasbourg	
International organisations						
1	AGUADO Victor	Director General	Eurocontrol	03 October 2006	Brussels	Hearing
2	GAINCHE Francis	Adviser to the Director of the Central Flow Management	Eurocontrol	20 September 2006	Brussels	Rapporteur
3	NOWICKI Marek Antoni	Former Kosovo Ombudsman (2000-2005)& President of the Helsinki Foundation for Human Rights (Poland)	Kosovo	14 September 2006	Brussels	Hearing
			Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
4	NOWAK Manfred	UN Special Rapporteur on Torture	United Nations	04 May 2006	Brussels	Hearing
5	SCHEININ Martin	UN Special Rapporteur for Promotion and Protection of Human Rights while Countering Terrorism	United Nations	03 October 2006	Brussels	Hearing
6	PETRITSCH Wolfgang	Former UN High Representative	United Nations: Bosnia & Herzegovina	20 November 2006	Brussels	Hearing
7	PICARD Michèle	Former President of Human Rights Chamber	United Nations / Council of Europe:	25 April 2006	Brussels	Hearing

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
			Bosnia & Herzegovina			
Victims						
1	BEHARI Masaad Omer	Resident in Austria of Sudanese origin	Austria	10 October 2006	Brussels	Hearing
2	ARAR Maher	Canadian citizen	Canada	23 March 2006	Brussels	Hearing
3	EL MASRI Khaled	German citizen	Germany	13 March 2006	Strasbourg	Hearing
4	KURNAZ Murat	German resident of Turkish origin	Germany	22 November 2006	Brussels	Hearing
5	MUBANGA Martin	British and Zambian citizen	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
Lawyers						
1	OLESKEY H. Stephen	Counsel for Six citizens of Bosnia and Herzegovina imprisoned at Guantanamo Bay	Bosnia & Herzegovina	25 April 2006	Brussels	Hearing
2	EDWARDH Marlys	Lawyer of Maher ARAR	Canada	23 March 2006	Brussels	Hearing
3	WALDMAN Lorne	Lawyer of Maher ARAR	Canada	23 March 2006	Brussels	Hearing
4	DOCKE Bernhard	Lawyer of Murat KURNAZ	Germany	14 September 2006 22 November 2006	Brussels	Hearing
5	GNJIDIC Manfred	Lawyer of Khaled EL MASRI	Germany	13 March 2006	Strasbourg	Hearing
6	PINAR Gül	Lawyer of Mohammed ZAMMARS's family	Germany	14 September 2006	Brussels	Hearing
7	LONGHI Francesca	Lawyer of Abou ELKASSIM BRITEL	Italy	14 September 2006	Brussels	Hearing

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
8	JÖNSSON Kjeff	Lawyer of MOhammed EL-ZARY (Egyptian citizen), alleged victim	Sweden	23 March 2006	Brussels	Hearing
Lawyers						
9	CHRISTIAN Louise	Lawyer of Martin MUBANGA	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
10	MICKUM Brent	US lawyer of Bisher AL-RAWI and Jamil EL-BANNA	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
11	PEIRCE Gareth	Lawyer for Bisher AL-RAWI and Jamil EL-BANNA	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
12	STAFFORD SMITH Clive	Lawyer for Bisher AL-RAWI, Jamil EL-BANNA and Mohamed BINYAM	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
NGOs						
1	FITZGERALD Anne	Senior Research Policy Adviser	Amnesty International	23 February 2006	Brussels	Hearing
				04 October 2006	London	Delegation
2	DIZDAREVIC Srdjan	President of the Helsinki Committee for Human Rights	Bosnia & Herzegovina	25 April 2006	Brussels	Hearing
3	NAJCEVSKA Mirjana	President of the Macedonian Helsinki Committee	FYROM	28 April 2006	Skopje	Delegation
4	BAUMANN Susanne	Amnesty International Germany	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
5	MUGGENTHALER Ferdinand	Amnesty International Germany	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
6	DASKAL Jennifer	US Advocacy Director	Human Rights Watch	10 May 2006	Washington	Delegation
7	MARINER Joanne	Director of Terrorism and Counterterrorism Program	Human Rights Watch	23 February 2006	Brussels	Hearing
8	SIFTON John	Counterterrorism Researcher	Human Rights Watch	10 May 2006	Washington	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
NGOs						
9	STABEROCK Gerald	Director of the Global Security and the Rule of Law Programme	International Commission of Jurists	30 November 2006	Brussels	Hearing
10	CALINESCU Diana-Olivia	Executive Director APADOR-CH (Romanian Helsinki Committee)	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
11	WEBER Renate	Chair of the Open Society Foundation	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
12	BUNYAN Tony	Director	Statewatch	23 February 2006	Brussels	Hearing
13	CROSSMAN Gareth	Representative from Liberty NGO	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
14	METCALFE Eric	Representative from Justice NGO	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
15	BARUAH Smita	Physicians for Human Rights	USA	10 May 2006	Washington	Delegation
16	BRADSHAW John	Open Society Policy Center	USA	10 May 2006	Washington	Delegation
17	COLAIUTA Angela	Center for Victims of Torture	USA	10 May 2006	Washington	Delegation
18	GUDE Ken	Associate Director, International Rights and Responsibilities Program, The Center for American Progress	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
19	MASSIMINO Elisa	Human Rights First, Director at the Washington office	USA	09 May 2006	Washington	Delegation
20	MUSA Jumana	Advocacy Director for Domestic Human Rights and International Justice	USA	10 May 2006	Washington	Delegation
21	OLSHANSKY Barbara	Director and Counsel of the Guantanamo Global Justice Initiative	USA	09 May 2006	Washington	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Journalists						
1	LAHODYNSKY Otmar	Journalist and European Editor of Austria's weekly magazine <i>Profil</i>	Austria	10 October 2006	Brussels	Hearing
2	TILLACK Hans-Martin	Journalist from <i>Stern Magazin</i>	Germany	19 September 2006	Berlin	Delegation
3	BIONDANI Paolo	Journalist from <i>Il Corriere della Sera</i>	Italy	21 March 2006	Brussels	Hearing
4	OLIMPIO Guido	Journalist from <i>Il Corriere della Sera</i>	Italy	21 March 2006	Brussels	Hearing
5	BONINI Carlo	Journalist from <i>La Repubblica</i>	Italy	04 September 2006	Strasbourg	Hearing
6	GIZIŃSKI Jarosław	Journalist from <i>Newsweek Polska</i>	Poland	08 November 2006	Warsaw	Delegation
7	KRZYKOWSKI Adam	Journalist from public TV <i>Olsztyn</i>	Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
8	KSIĄŻEK Marek	Journalist from the region of Szczytno (free lance)	Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
9	WRÓŃSKI Paweł	Journalist from <i>Gazeta Wyborcza</i>	Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
10	LOURENCO Ricardo	Journalist from <i>Expresso</i>	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
11	PEREIRA Micael	Journalist from <i>Expresso</i>	Portugal	05 December 2006	Lisbon	Delegation
12	CANDEA Stefan	Romanian Center for Investigative Journalism	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
13	RADU Cristian	Romanian Center for Investigative Journalism	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
14	COSMACIUC Calin	Journalist from the <i>Evenimentul Zilei</i>	Romania	17 October 2006	Bucharest	Delegation
15	DANGA Mihaela	Deputy Director at the Center for Independent Journalism	Romania	19 October 2006	Bucharest	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Journalists						
16	IONESCU Maria	Editor in chief at Observator de Constanta newspaper	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
17	MUTLER Allison	Associated Press Writer	Romania	18 October 2006	Bucharest	Delegation
18	VALLES Matias	Journalist from <i>Diario de Mallorca</i>	Spain	20 April 2006	Brussels	Hearing
19	COBAIN Ian	Journalist from <i>The Guardian</i>	United Kingdom	05 October 2006	London	Delegation
20	NORTON-TAYLOR Richard	Journalist from <i>The Guardian</i>	United Kingdom	05 October 2006	London	Delegation
21	GREY Stephen	Journalist free lance	United Kingdom	21 March 2006	Brussels	Hearing
				04 October 2006	London	Delegation
Academics and research						
1	BORN Hans	Senior Fellow of the Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF)	(DCAF) Geneva	25 September 2006	Strasbourg	Hearing
2	JANKULOVSKI Zvonimir	Security expert, (Former FYROM Ambassador to the Council of Europe)	FYROM	29 April 2006	Skopje	Delegation
3	DE SCHUTTER Olivier	Coordinator of the EU Network of Independent Experts	Network of Independent Experts on Fundamental Rights	30 May 2006	Brussels	Hearing
4	ANDERS Chris	Legislative Counsel, American Civil Liberties Union	USA	11 May 2006	Washington	Delegation
5	BEESON Ann	Associate Legal Director , American Civil Liberties Union	USA	11 May 2006	Washington	Delegation
6	GUITTA Olivier	Consultant, The American Legislative Exchange Council	USA	12 May 2006	Washington	Delegation

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Academics and research						
7	HALPERIN Morton H.	Senior Fellow and Director of the Security and Peace Initiative, The Center for American Progress	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
8	KORB Lawrence J.	Senior Fellow, The Center for American Progress	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
9	McNAMARA Sally	International Relations Project Director, The American Legislative Exchange Council	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
10	RIVKIN David	Partner, Baker & Hostetler LLP, The American Legislative Exchange Council	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
11	RUNDLET Peter	Vice President for National Security, The Center for American Progress	USA	12 May 2006	Washington	Delegation
12	SATTERTHWAITE Margaret L.	Assistant Professor of Clinical Law & Faculty of New York University School of Law	USA	09 May 2006	Washington	Delegation
13	WATT Steven M.	Staff Attorney, American Civil Liberties Union	USA	11 May 2006	Washington	Delegation
Others						
1	EGAN Suzanne	Commissioner of the Irish Human Rights Commission	Ireland	28 November 2006	Brussels	Hearing
2	MANNING Maurice	President of the Irish Human Rights Commission	Ireland	28 November 2006	Brussels	Hearing
3	HORGAN Edward	Former UN peacekeeper and Retired Commandant of the Irish Army	Ireland	20 April 2006	Brussels	Hearing
4	RÄBOCK	Witness (Coleman BARRACKS)	Mannheim	12 December 2006	Mannheim	Fact finding mission
5	SCHINDLER	Witness (Coleman BARRACKS)	Mannheim	12 December 2006	Mannheim	Fact finding mission

No	Name	Function	Country/Institution	Date of the meeting	Place of the meeting	Remarks
Others						
6	WRIGHT Peter	Peace activist	Mannheim	12 December 2006	Mannheim	Fact finding mission
7	JURCZENKO Jarosław	Chairman of the Board, Szczytno/Szymany Airport	Poland	09 November 2006	Warsaw	Delegation
8	KOS Jerzy	Former Chairman of the Board, Szczytno/Szymany Airport	Poland	10 November 2006	Warsaw	Delegation
9	PRZEWŁOCKA Mariola	Former Director of Szczytno/Szymany Airport	Poland	23 November 2006	Brussels	Hearing
10	AL-RAWI Wahab	Brother of Bisher AL-RAWI	United Kingdom	04 October 2006	London	Delegation
11	MURRAY Craig	Former Ambassador to Uzbekistan	United Kingdom	20 April 2006	Brussels	Hearing
12	JOHNSON-THOMAS Brian	Expert on arms trade	United Kingdom	21 June 2006	Brussels	Rapporteur

Annex 3:

Table Summarizing Cooperation of the Governments with the TDIP Committee

Country	Reaction from Permanent Representatives to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings ¹	Declinations to requests for meetings ²	Useful elements provided to the TDIP
Austria	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	None	Ursula PLASSNIK, Minister for Foreign Affairs	None
Belgium	No written reaction ³	No request for a meeting	N/A	Belgian authorities provided logistical support for facilitating the movements of TDIP invitees.
Bulgaria	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Croatia	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Cyprus	In reply, an information that the invitation was received.	No request for a meeting	N/A	None
Czech Republic	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Denmark	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	None	Fleming HANSEN, Minister of Transportation	<ul style="list-style-type: none"> • A copy of Government's reply to Council of Europe was sent, • A copy of detailed dossier prepared for the Danish Parliament with large amount of technical data about flights was provided by Government to the TDIP.

¹ Please refer for more details to annex 2 of the Explanatory Statement

² Please refer for more details to annex 4 of the Explanatory Statement

³ TDIP Secretariat received a copy of a letter dated 10.03.2006 of Foreign Minister De Gucht to other Ministers concerned and to Parliament requesting cooperation with TDIP

Country	Reaction to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings	Declinations to requests for meetings	Useful elements provided to the TDIP
Estonia	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Finland	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
France	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	No request for a meeting	N/A	None
Germany	No written reaction	None	Frank-Walter STEINMEIER, Minister for Foreign Affairs Klaus-Dieter FRITSCHÉ, Coordinator of Intelligence Services Ernst UHRLAU ¹ , President of BND	None
Greece	In reply: • General cooperation with the TDIP was declared, • A brief summary of national investigation was provided.	No request for a meeting	N/A	<ul style="list-style-type: none"> • A copy of Government's reply to Council of Europe was sent, • After a request of the TDIP, Government provided transcripts of parliamentary activities and a brief summary of preliminary investigations of "the Pakistani case" (17.11.2006).

¹ Mr Fritsche and Mr Uhrlau are high officials

Country	Reaction to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings	Declinations to requests for meetings	Useful elements provided to the TDIP
Hungary	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	No request for a meeting	N/A	None
Ireland	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	Dermot AHERN, Minister for Foreign Affairs	Rory BRADY ¹ , Attorney General	A copy of Governments reply to Council of Europe was sent.
Italy	In reply a further cooperation with the TDIP was declared (after meeting with general Pollari).	Nicolò POLLARI, Head of SISMI ²	Enrico MICHELI, Secretary of State responsible for intelligence services	None
Latvia	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Lithuania	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Luxembourg	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	No request for a meeting	N/A	A copy of Government's reply to Council of Europe was sent.
Malta	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Netherlands	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	No request for a meeting	N/A	None

¹ Mr Brady is a high official

² General Pollari is a high official

Country	Reaction to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings	Declinations to requests for meetings	Useful elements provided to the TDIP
Poland	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	Marek PASIONEK ¹ , Undersecretary of State at the Chancellery of the Prime Minister	Andrzej LEPPER, Deputy Prime Minister Anna FOTYGA, Minister of Foreign Affairs Radosław SIKORSKI, Minister of National Defence Zbigniew WASSERMANN, Minister Coordinator of Special Services	Copies of Government's replies to Council of Europe were sent.
Portugal	No written reaction	Luis AMADO, Minister for Foreign Affairs	None	After requests of the TDIP Chairman and of TDIP Member Ana Maria Gomes, Government provided a copy of Portugal's reply to Council of Europe (07.07.2006) and vast but not complete explanations and information about CIA flights (18.09.2006, 13.10.2006, 12.12.2006, 12.01.2007 and 16.01.2007).

¹ Mr Pasionek is a high official

Country	Reaction to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings	Declinations to requests for meetings	Useful elements provided to the TDIP
Romania	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	Anghel ANDREESCU, Secretary of State for public order and security Adrian Cosmin VIERITA, Secretary of State for EU affairs	Vasile BLAGA, Minister for Internal Affairs Mihai-Razvan UNGUREANU, Minister for Foreign Affairs	<ul style="list-style-type: none"> • Copy of Government's reply to Council of Europe was sent, • Confidential report of Romanian Border Police on accident of a CIA plane was provided to the TDIP delegation by Government.
Slovakia	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Slovenia	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
Spain	In reply general cooperation with the TDIP was declared.	Miguel Angel MORATINOS, Minister for Foreign Affairs	Alberto SAIZ CORTES, Secretary of State, Director of CNI	None

Country	Reaction to the TDIP invitation for cooperation (Chairman's letter of 22.02.2006)	Meetings	Declinations to requests for meetings	Useful elements provided to the TDIP
Sweden	In reply: General cooperation with the TDIP was declared and a summary of national investigation was provided.	None	Carl BILDT, Minister for Foreign Affairs	None
Turkey	No written reaction	No request for a meeting	N/A	None
United Kingdom	No written reaction	HOON Geoff, Minister for Europe	Margaret BECKETT, Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs Des BROWNE, Secretary of State for Defence John REID, Secretary of State for the Home Office Douglas Alexander, Secretary of State for Transport and Secretary of State for Scotland Elisa MANNINGHAM-BULLER, Director General of Security Service (MI5) John SCARLET ¹ , Chief of the Secret Intelligence Service (MI6)	None

¹ Ms Manningham-Buller and Mr Scarlet are high officials

Annex 4:

List of people who declined the TDIP Committee's invitations for meetings

- **COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION**

Javier SOLANA, Secretary General and High Representative CFSP

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Solana met with the TDIP Committee on 2nd May 2006 and agreed to meet once more. The second invitation of the Committee was turned down by Mr Solana as he has found some comments in the draft report of the TDIP Committee as "*unjust and erroneous*".¹

Erkki TUOMIOJA, President of the EU Council

No reason given for not meeting the Committee: "*I would like to underscore the importance attached to and the continued cooperation given by the Presidency and the Secretary-General/High Representative to your Committee's work even if I am not able to appear before your Committee.*"²

- **AUSTRIA**

Ursula PLASSNIK, Minister for Foreign Affairs

According to State Secretary Hans Winkler, who replied on her behalf: "*Es liegen zu diesen Vorgängen keine weiteren Erkenntnisse vor, sodass keine weiteren Auskünfte erteilt werden können. Ein persönliches Erscheinen vor dem Ausschuss erscheint angesichts dieser Sachlage nicht erforderlich.*"³

- **DENMARK**

Fleming HANSEN, Minister of Transportation

Reason given for not meeting the Committee:

All information available about the TDIP issues was sent to the Danish Parliament and has been forwarded to the EP.⁴

¹ Letter of 14 December 2006 to EP President Josep Borrell

² Letter of 29 November 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

³ Letter of 13 December to TDIP Chairman Carlos Coelho

⁴ Letter of 8 November 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

- **GERMANY**

Frank-Walter STEINMEIER, Minister for Foreign Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

Open in principle to meet but did not want to come before the Bundestag's Inquiry Committee would have finished dealing with the el-Masri case.¹

Klaus-Dieter FRITSCHKE, Coordinator of Intelligence Services

Ernst UHRLAU, President of BND

Reason given for not meeting the Committee:

Not allowed to meet by Government.²

- **IRELAND**

Rory BRADY, Attorney General

Reason given for not meeting the Committee:

No authorisation from Government.

- **ITALY**

Enrico MICHELI, Secretary of State responsible for intelligence services

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

BIANCO Enzo, Chairman of the Committee for Intelligence and Security Services and for State Secret

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

Gianni LETTA, former Secretary of State responsible for intelligence services

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Letta would not come, as the Secretary in office (Micheli) had refused.

- **POLAND**

Andrzej LEPPER, Deputy Prime Minister

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Lepper initially confirmed and afterwards another representative of Government was singled out to meet the TDIP delegation.

¹ Letter of 30 November 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

² Letter of 21 November 2006 of Minister Thomas de Maizière to TDIP Chairman Carlos Coelho

Anna FOTYGA, Minister of Foreign Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

No information on the TDIP issues.¹

Radosław SIKORSKI, Minister of National Defence

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Sikorski initially confirmed and afterwards claimed busy agenda.

Zbigniew WASSERMANN, Minister Coordinator of Special Services

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Wassermann seconded his deputy Under-Secretary Marek Pasionek² as the representative of Government.³

Marek BIERNACKI, MP, Chairman of Special Services Committee of the Sejm

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Biernacki initially confirmed a meeting and afterwards informed that he had no information on TDIP issues and refused to meet.⁴

Jerzy SZMAJDZIŃSKI, MP, former Minister of National Defence (2001 - 2005)

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

Andrzej BARCIKOWSKI, former Head of the Internal Security Agency (ABW) 2002 - 2005

Reason given for not meeting the Committee:

The law on national secrets forbids Mr Barcikowski to discuss the TDIP issues.

Mariusz HARAF, Commander of Border Guards responsible for controls at the Szymany airport

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Haraf initially confirmed and later informed that the TDIP shall seek an authorisation for the meeting from Minister for Internal Affairs.

Sylwester LATKOWSKI, film director and journalist (free lance)

Reason given for not meeting the Committee:

Only an independent film would allow him to express his point of view on the TDIP issues without being misinterpreted.

Paweł SMOLEŃSKI, Journalist from Gazeta Wyborcza

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Smolenski initially confirmed and later claimed busy agenda.

¹ Letter of 16 October 2006 of Director Jarosław Lindenberg to TDIP Secretariat

² Mr Pasionek is not a member of Government but a civil servant

³ Letter of 31 October 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

⁴ Letter of 27 October 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

Tomasz STAROWIEYSKI, former Chairman of the Board of the Szczytno/Szymany Airport owner (2004 - 2006)

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Starowieyski claimed that he could not devote the whole day for travelling to Warsaw and meeting the TDIP delegation.

- **PORTUGAL**

Luis A. FONSECA DE ALMEIDA, President of National Institute for Civil Aviation (INAC)

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Fonseca singled out Director Falerio de Almeida to represent the Institute, as he was not its President anymore at the time of the meeting.

Carlos GONCALVES DE COSTA, President of Conselho de Administração da NAV

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Gonçalves singled out Mr Carvalho to represent the NAV as his agenda was busy.

Antonio FIGUEIREDO LOPES, former Minister for Home Affairs

Paulo PORTAS, former Minister for Defence

Reason given for not meeting the Committee:

Current Government's representatives would meet the TDIP delegation and no information on the TDIP issues.

- **ROMANIA**

Vasile BLAGA, Minister of Internal Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda - Secretary of State Vierita singled out to deputise Mr Blaga.

Mihai-Razvan UNGUREANU, Minister of Foreign Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda - Secretary of State Andreescu singled out to deputise Mr Ungureanu.

- **SPAIN**

Alberto SAIZ CORTES, Secretary of State, Director of CNI

Reason given for not meeting the Committee:

Another representative of Government was singled out to meet the delegation.

- **SWEDEN**

Carl BILDT, Minister for Foreign Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.¹

- **UNITED KINGDOM**

Margaret BECKETT, Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs

Reason given for not meeting the Committee:

Ms Beckett claimed busy agenda and singled out Minister Hoon to deputise her.

Des BROWNE, Secretary of State for Defence

John REID, Secretary of State for the Home Office

Douglas Alexander, Secretary of State for Transport and Secretary of State for Scotland

No reasons given for not meeting the Committee. Officials representing the Home Office, Ministry of Defence and the Department of Transport were present during the meeting with Minister Hoon.²

Elisa MANNINGHAM-BULLER, Director General of Security Service (MI5)

John SCARLET, Chief of the Secret Intelligence Service (MI6)

Irfan SIDDIQ, member of the Diplomatic Service

Reason given for not meeting the Committee:

No authorisation for a meeting from Government.

Richard DEARLOVE, former Head of MI6

Michael WOOD, former Legal Adviser of the Foreign & Commonwealth Office

No reasons given for not meeting the Committee.³

- **FORMER YUGOSLAV REPUBLIC OF MACEDONIA**

Aleksandar BOZINOVSKI, Journalist of Vreme newspaper

Reason given for not meeting the Committee:

Logistical problems.

¹ Letter of 7 December 2006 to TDIP Chairman Carlos Coelho

² Letter of 11 September 2006 of Minister Geoff Hoon to TDIP Head of Secretariat

³ Letter of 27 July 2006 of Minister Margaret Beckett to TDIP Head of Secretariat

- **COUNCIL OF EUROPE**

Christos ROZAKIS, Vice-President of the European Court of Human Rights

Reason given for not meeting the Committee:

No authorisation from the ECHR.

- **UNITED STATES OF AMERICA**

Condoleezza RICE, Secretary of State

Reason given for not meeting the Committee:

Government decided that Assistant Secretary of State Daniel Fried would represent it.

Pat ROBERTS, Chairman of the Select Committee on Intelligence of US Senate

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Roberts' policy of confidentiality does not allow him to discuss the TDIP issues.

Jim BINGAMAN, Senator

Sam BROWNBACK, Senator

Jo Ann DAVIS, Member of House of Representatives

Russell FEINGOLD, Senator

Jane HARMAN, Member of House of Representatives

Pete HOEKSTRA, Member of House of Representatives

Darrell ISSA, Member of House of Representatives

John KERRY, Senator

Tom LANTOS, Member of House of Representatives

John Patrick LEAHY, Senator

Carl LEVIN, Senator

John McCain, Senator

Nancy PELOSI, Member of House of Representatives

John D. ROCKEFELLER, Senator

Christopher SHAYS, Member of House of Representatives

Chris SMITH, Member of House of Representatives

Porter J. GOSS, CIA Director

Tyler DRUMHELLER, former CIA agent

Michael SCHEUER, former CIA agent

No reason given for not meeting the Committee.

Colin POWELL, former Secretary of State

Reason given for not meeting the Committee:

No authority to discuss the topic.

Dana PRIEST, Journalist of Washington Post

Reason given for not meeting the Committee:

No permission for a meeting from her editors.

BAER Bob, former CIA agent

Richard CLARKE, former CIA agent

Reasons given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

- **EGYPT**

Montasser AL-ZAYAT, Lawyer of Abu OMAR

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Al-Zayat initially confirmed and afterwards refused to meet without giving any reason.

Hossam EL-HAMALAWY, Journalist

Reason given for not meeting the Committee:

No authorisation from his publisher.

- **OTHERS**

Louise ARBOUR, UN High Commissioner for Refugees

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

Jaap DE HOOP SCHEFFER, Secretary General of NATO

Reason given for not meeting the Committee:

No intention to meet.

Jakob KELLENBERGER, President of International Red Cross

Reason given for not meeting the Committee:

The IRC's policy of confidentiality.

George ROBERTSON, former Secretary General of NATO

Reason given for not meeting the Committee:

Busy agenda.

Michael STEINER, former Head of UN Interim Administration Mission in Kosovo

Reason given for not meeting the Committee:

Mr Steiner claimed that authorisation of both UN Secretary General and German Foreign Minister would be needed to meet the TDIP Committee.

PROCESSO

Título	A alegada utilização de países europeus pela CIA para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros
Número de processo	2006/2027(INI)
Comissão competente quanto ao fundo Data de comunicação em sessão da autorização	TDIP 18.1.2006
Comissões encarregadas de emitir parecer Data de comunicação em sessão	
Relator(es) Data de designação	Giovanni Claudio Fava 26.1.2006
Relator(es) substituído(s)	
Exame em comissão	14.12.2006 18.12.2006 15.1.2007
Data de aprovação	23.1.2007
Resultado da votação final	+ 28 - 17 0 3
Deputados presentes no momento da votação final	Alexander Alvaro, Frieda Brepoels, Kathalijne Maria Buitenweg, Giusto Catania, Carlos Coelho, Simon Coveney, Giorgos Dimitrakopoulos, Giovanni Claudio Fava, Jas Gawronski, Ana Maria Gomes, Ignasi Guardans Cambó, Sylvia-Yvonne Kaufmann, Magda Kósáné Kovács, Wolfgang Kreissl-Dörfler, Barbara Kudrycka, Sarah Ludford, Marian-Jean Marinescu, Claude Moraes, Józef Pinior, Mirosław Mariusz Piotrowski, Hubert Pirker, Bogusław Rogalski, Luca Romagnoli, Eoin Ryan, José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra, György Schöpflin, Inger Segelström, Hannes Swoboda, Konrad Szymański, Charles Tannock, Elena Valenciano Martínez-Orozco, Jan Marinus Wiersma
Suplente(s) presente(s) no momento da votação final	Panayiotis Demetriou, Proinsias De Rossa, Roger Helmer, Erna Hennicot-Schoepges, Jeanine Hennis-Plasschaert, Sajjad Karim, Helmut Kuhne, Jean Lambert, Henrik Lax, Bill Newton Dunn, Rihards Pīks, Marie-Line Reynaud, Bogusław Sonik, Josef Zieleniec
Suplente(s) (nº 2 do art. 178º) presente(s) no momento da votação final	Panagiotis Beglitis, Philip Bushill-Matthews, Pasqualina Napoletano, Neil Parish.
Data de entrega	30.1.2007
Observações (dados disponíveis numa única língua)	